



LSPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**PARTILHAR OU NÃO PARTILHAR: IMPACTO DAS CARACTERÍSTICAS
DOS DESTINATÁRIOS E DO FLORESCIMENTO RELACIONAL NO
COMPORTAMENTO DE PARTILHA EM CRIANÇAS DE 6 E 7 ANOS**

Diana Sofia Neves

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA SOFIA MENÉRES

Professor de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO GOUVEIA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

2021

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Sofia Menéres, apresentado no ISPA - Instituto Universitário, para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

Agradecimentos

A gratidão é tanta que é difícil expressar. Chegar aqui é um sonho alcançado, uma vitória. Não foi um percurso fácil, mas em tudo sou grata. Quando olho para estes anos e reflito nas aprendizagens, sinto-me preenchida, rodeada de boas referências, bons exemplos que me inspiram a cada dia. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela Sua maravilhosa graça sobre a minha vida e da minha família.

Agradeço de coração cheio à minha orientadora, à professora Sofia Menéres que me cativa sempre com a sua boa disposição e força para seguir em frente mesmo com obstáculos pelo caminho. É uma mulher exemplar e inspiradora. Sempre lembro de si com muita admiração. Muito obrigada!

À professora Maria João Gouveia, sempre com um sorriso e notável paixão pelo ensino. Obrigada pelo seu exemplo. Continue o bom trabalho.

Ao Ricardo, meu marido, não há palavras que possam exprimir tamanha gratidão por tudo o que fizeste ao longo destes 5 anos. Todos os dias, o teu cuidado foi notável, sentido e agradecido. Há coisas na vida que sabemos que acertámos e escolher-te como meu marido foi uma delas, sou tão grata por ser amada e cuidada por ti e por permitires seres amado e cuidado por mim. A conclusão desta tese e de todo o curso é uma conquista nossa. Juntos somos mais fortes! Um grande OBRIGADO!!!!

Agradeço aos meus filhos, pela paciência, pela ajuda, pela partilha e sacrifício, obrigada por todo o vosso amor. Agradeço aos meus pais que em todo o tempo, perto ou longe estiveram presentes e sempre acreditaram em mim.

A toda a comunidade da ICLisboa que sempre se preocupou comigo e com a minha família, dando-me força sem cessar. Vocês são todos especiais.

Agradeço também a todas as escolas que me permitiram recolher dados, aos pais e participantes, com imensa pena suspendi a recolha devida à pandemia, contudo aproveitei bem cada tarefa feita, cada sorriso, cada conversa, cada olhar das crianças que entrevistei.

Apesar de ter sido um ano difícil, diverti-me imenso e aprendi muito mais.

Resumo

O comportamento pró social tem sido alvo de diversos estudos pela sua importância na psicologia do desenvolvimento (Carlo & Koller, 1998; Hastings, Utendale & Sullivan, 2007). Na literatura parecem surgir algumas inconsistências. O objetivo deste estudo é investigar se o comportamento de partilha varia com a idade da criança, se as crianças variam na forma como partilham recursos, em função de diferentes características do destinatário e se o florescimento relacional dos pais está associado ao comportamento de partilha nas crianças. Neste estudo, participaram 30 crianças com 6 e 7 anos ($M=6,47$; $DP= 0,51$) e seus respectivos pais. O comportamento de partilha foi avaliado através do *Jogo do Ditador*, uma versão desenvolvida por Malti e colaboradores (2016) e o florescimento relacional foi avaliado através da *Relational Flourishing Scale* (RFS), traduzida e adaptada para a população portuguesa (Alves, Alves, Jesus & Gouveia, 2018). Os resultados revelam que as crianças favorecem mais os destinatários “em necessidade” e penalizam mais os destinatários “moralmente não merecedores”. Quanto ao florescimento relacional, parece não haver relação direta com o comportamento de partilha.

Palavras-Chave: Comportamento Pró-social, Partilha, Florescimento Relacional

Abstract

Pro social behavior has been the subject of several studies for its importance in development psychology (Carlo & Koller, 1998; Hastings, Utendale & Sullivan, 2007). In the literature some inconsistencies seem to emerge. The goal of this study is to investigate whether the sharing behavior varies with the child's age, whether children vary in the way they share resources, according to different characteristics of the recipient and whether Relationship Flourishing, is associated with sharing behavior in children. 30 children age 6 and 7 years ($M= 6,47$, $SD= 0,51$) and their respective parents participated in this study. Sharing behavior was assessed using the Dictator's Game, a version developed by Malti and co-workers (2016) and relationship flourishing was assessed using the Relationship Flourishing Scale (RFS) translated and adapted for the Portuguese population (Alves, Alves, Jesus & Gouveia, 2018). The results show that children favor recipients "in need" and penalize recipients "morally unworthy". As for relationship flourishing, there seems to be no direct relationship to sharing behavior.

Keywords: Prosocial Behavior, Sharing; Relational Flourishing

Índice

Introdução.....	1
Partilha.....	3
O comportamento de partilha ao longo das diferentes idades.....	4
Características dos destinatários.....	7
Diferenças de género no comportamento de partilha.....	8
Fatores associados ao desenvolvimento do comportamento de partilha.....	9
Florescimento Relacional.....	11
Relação do Florescimento relacional e o comportamento da partilha.....	15
Método.....	20
Participantes.....	20
Instrumentos.....	22
Procedimento.....	25
Resultados.....	27
Normalidade da variável do comportamento de partilha e do florescimento relacional.....	27
Estatísticas descritivas das variáveis em estudo.....	27
Dimensões do Jogo do Ditador.....	29
Dimensões do Jogo do Ditador em função do sexo e idade.....	31
Associações entre o comportamento de partilha das crianças e o florescimento relacional dos progenitores.....	33
Correlação entre as dimensões do Jogo do ditador e a escala do florescimento relacional da mãe.....	33
Correlação entre as dimensões da partilha e o florescimento relacional do pai.....	34
Discussão.....	35
Referências.....	43
ANEXOS.....	54
Anexo 1 – Carta de consentimento para as escolas.....	55
Anexo 2 – Carta de consentimento informado para os pais.....	56
Anexo 3 – Questionário sociodemográfico.....	58

Índice de tabelas

Tabela 1. Características da amostra de crianças relativamente a variáveis socio demográficas	21
Tabela 2. Características da amostra de pais e mães.....	22
Tabela 3. Instruções dadas em cada condição no Jogo Do Ditador.....	24
Tabela 4. Alfa de Cronbach nas dimensões do florescimento relacional do pai e da mãe.....	26
Tabela 5. Estatística descritiva das histórias do Jogo do Ditador e das dimensões da escala de Florescimento Relacional.....	29
Tabela 6. Estatística descritiva das dimensões do Jogo do ditador.....	31
Tabela 7. Médias e desvios padrão do número de autocolantes partilhados no Jogo do Ditador consoante a idade.....	32
Tabela 8 - Correlação entre as dimensões do florescimento relacional da Mãe e das dimensões do Jogo do Ditador.....	34
Tabela 9 - Correlação entre as dimensões da partilha e do florescimento relacional do Pai....	35

Introdução

O comportamento pró social é considerado de elevada importância no contexto das relações interpessoais e tem sido objeto de estudo na área das ciências sociais (Malti, Gummerum, Keller, Chaparro, & Buchmann, 2012). Este comportamento é entendido como todo e qualquer ato voluntário, em que um indivíduo, através das suas ações, beneficia o outro (Eisenberg, Fabes & Spinard, 2006; Eisenberg, Spinrad, & Knafo-Noam, 2015).

Embora o comportamento pró social seja entendido como comportamento altruísta, uma leitura atenta da literatura sobre estes dois comportamentos permite distingui-los (Palmieri & Branco, 2004). O comportamento altruísta é considerado como um comportamento pro social, isto é, comportamento voluntário que beneficia outro. Contudo, as motivações subjacentes a estes dois tipos de comportamentos podem ser distintas. De acordo com Leeds (1963), o comportamento altruísta envolve 3 aspetos centrais: (a) o indivíduo não tem como objetivo o ganho próprio, sendo que o seu comportamento assenta numa atitude e motivação genuína dirigida para o benefício do outro; (b) é totalmente voluntário; e (c) procura praticar o bem, sendo essa a perceção do destinatário e dos espectadores da ação (Maner & Gailliot, 2007). De forma diferente, as motivações subjacentes ao comportamento pro social podem assentar numa intenção genuína de beneficiar o outro (refletindo, nesse caso, um comportamento altruísta), mas também em motivações egoístas, que têm a finalidade de obter ganhos próprios ou evitar punição (i.e., aprovação social, evitamento de crítica social ou sentimento de culpa) (Batson, 1998; Eisenberg & Mussen, 1989; Hay, 1994; Staub, 2005). Assim, o comportamento altruísta é um comportamento pró social, mas nem todos os comportamentos pró sociais são altruístas.

Os comportamentos pro sociais podem ser apropriados em diversos contextos, no dia-a-dia, e vitais para o desenvolvimento de relações sociais e interpessoais saudáveis (Hastings, Utendale, & Sullivan, 2007). Na maior parte das sociedades, os comportamentos pró sociais são altamente valorizados e indicam competência social nas crianças (Hastings et al., 2007; Whayman, Pustejovsky, Ostrosky & Santos, 2019). No entanto, comportamentos pro sociais, como partilha, ajuda, cooperação que têm como finalidade, a destruição ou prejuízo do outro, ao invés do seu benefício, são considerados antissociais (Palmeirim & Branco, 2004).

Do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, colocam-se duas questões fundamentais que têm sido estudadas por diversos autores: (a) afinal quando emerge e que diferentes manifestações ou características tem o comportamento pró social ao longo do ciclo

de vida (i.e., que trajetórias de desenvolvimento se observam) e (b) como se desenvolve o comportamento pró social (i.e., quais os fatores e os mecanismos que estão subjacentes e explicam o seu desenvolvimento e as diferenças que se observam entre pessoas na forma como valorizam e agem de modo pro social).

Relativamente à primeira questão, no que diz respeito à idade a partir da qual se observam comportamentos pro sociais, diferentes estudos têm mostrado que por volta dos 24 meses as crianças demonstram comportamentos pró sociais, quando, por exemplo, voluntariamente partilham os seus brinquedos com os pais, irmãos ou até com pessoas estranhas à família (Davidov, Zahn-Waxler, Roth-Hanania & Knafo, 2013). Nos primeiros dois anos de vida a criança adquire um repertório de alguns atos pró sociais, que se manifestam sem terem sido necessariamente induzidos ou reforçados pelos seus cuidadores. Por exemplo, foi observado que nessas idades as crianças são capazes de verbalizar um conselho como “tem cuidado”, dar de comer a um irmão ou consolar alguém que se magoou (Koller & Bernardes, 1997; Malti & Dys, 2017).

Na tentativa de descrever uma trajetória do desenvolvimento do comportamento pró-social, Eisenberg (1983) considera 5 níveis pelos quais a criança passa. O primeiro nível caracteriza-se por uma *orientação auto-focada e hedonística*, a criança decide ajudar ou não em função de um possível ganho pessoal, ou seja, os comportamentos pro sociais baseiam-se na reciprocidade.

O segundo nível caracteriza-se por uma *Orientação para a necessidade*, a criança expressa preocupação em relação aos outros, seja a nível físico, material e/ou psicológico, mesmo quando ser pro social envolve entrar em conflito com as suas próprias necessidades (e.g., a criança partilha metade da sua sandes com outro em necessidade, e pode fazê-lo mesmo estando com fome).

No nível 3, caracterizado pela *Procura de aprovação*, a criança tem em conta bons e maus exemplos de comportamentos, nos quais baseia o seu comportamento pró social de forma a obter aceitação e aprovação dos outros.

No nível 4, considerado *Empático/Transacional*, o comportamento pró social é baseado na empatia, tendo em conta o outro e as suas necessidades e evidenciando capacidades de autorreflexão associadas às consequências dos próprios atos.

No nível 5, caracterizado por uma dimensão *Transaccional* – o agir ou não agir pro socialmente assenta em valores internalizados, normas da sociedade e respeito pelos direitos de todo e qualquer cidadão. Contudo, como estes valores não estão bem definidos, considera-se que, neste nível o indivíduo se encontra numa fase de transição e de elaboração destes mesmos valores.

No nível 6, caracterizado por um funcionamento *internalizado*, os comportamentos pró sociais já são resultado de valores, normas e responsabilidades, não transitórias, mas internalizadas. O indivíduo apresenta uma preocupação pela dignidade e pelo direito de todos os que o rodeiam.

Relativamente à segunda questão, sobre quais os fatores que estão subjacentes ao desenvolvimento pro social, a literatura indica que estes tipos de comportamentos estão associados a características da criança como, por exemplo, os seus valores (Benish-Weisman, Daniel & Sneddon, 2019) ou empatia (Knafo & Uzefovsky, 2013), assim como a aspetos da historia social das crianças, como por exemplo, a forma como os pais falam com os filhos sobre questões do domínio sociomoral (Carpendale & Lewis, 2004; Knafo & Plomin, 2006), ou os estilos parentais (Aranguren & Bertella, 2016).

Ao refletirmos acerca do comportamento pró social compreendemos que este envolve diversas respostas sociais como a cooperação, a ajuda, o conforto e a partilha de recursos (Malti, Ongley, Peplak, Chaparro, Zuffiano, Buchmann & Cui, 2016). A literatura propõe que estas diferentes respostas sociais apresentam origens e trajetórias de desenvolvimento distintas, assentes em cognições, mecanismos de autorregulação (e.g., Bowlby, 1973) e processos de socialização diferentes (Davidov, Vaish, Knafo-Noam, & Hastings, 2016; Underwood & Moore, 1982). Desta forma, o comportamento pró-social é visto como um conceito multifacetado que requer o estudo independente de cada uma destas respostas sociais (Eisenberg, Cameron & Tyron, 1984; Grusec & Davidov, 2010; Hastings et al., 2007). O presente estudo diz respeito ao comportamento de partilha, especificamente em crianças de 6 e 7 anos de idade.

Partilha

A partilha consiste numa forma voluntária de comportamento que visa beneficiar um outro com a doação de recursos que podem ou não ser valiosos para o próprio (Beneson, Pascoe, & Radmore, 2007; Dunfield, Kuhlmeier, O’Connel, & Kelley, 2011; Ongley & Malti, 2014).

O comportamento de partilha ao longo das diferentes idades

Qual a trajetória de desenvolvimento presente nesta resposta social? Alguns estudos têm sido conduzidos para esclarecer esta questão. Os estudos sobre o desenvolvimento do comportamento de partilha têm considerado dois tipos deste comportamento: não orientado e orientado para o outro. A partilha, não orientada para o outro observa-se entre os 6 e 12 meses (Eisenberg, 1998). Estudos mostram que nessas idades as crianças exibem comportamento de partilha espontânea como partilhar comida, objetos e sentimentos não desencadeados, necessariamente, para beneficiar o outro (Brownell, Iesue, Nichols & Svetlova, 2013).

Com o intuito de avaliar a emergência nos primeiros anos de vida do comportamento de partilha orientado para o outro (o mais pertinente para o presente estudo), Brownell, et al. (2013) reuniram crianças dos 18 aos 24 meses, e apresentaram 6 tarefas diferentes de partilha, nas quais foram dados às crianças brinquedos e comida para partilhar com um adulto desconhecido que nada possuía. Os autores verificaram que as crianças com 24 meses partilhavam voluntariamente os seus recursos desde que os custos fossem mínimos, ou seja, quando o partilhar não resultasse na perda total de recurso. No entanto, é importante ressaltar que a partilha neste estudo em concreto ocorreu em situações em que o adulto expressou de forma clara e explícita a sua necessidade, mediante várias pistas, desde expressões faciais de tristeza por não possuir recursos, à verbalização do desejo de ter algum brinquedo ou comida. O comportamento de partilha nas crianças de 18 meses, foi observada apenas quando o adulto fornecia uma pista diretiva (e.g. *podes dar-me por favor*), sugerindo um comportamento de obediência e não tanto de partilha. Desta forma, este estudo aponta para que desde cedo as crianças partilham com um outro, mesmo que desconhecido, quando o destinatário revela com clareza a sua necessidade.

Benenson, et al. (2007) verificaram que o comportamento de partilha aumenta dos 4 aos 9 anos. Por sua vez, Leman, Keller, Takezawa e Gummerum (2008) demonstraram que aos 10 anos, o comportamento de partilha diminui. Os autores avaliaram a partilha de dinheiro em crianças dos 7 aos 17 anos, tendo-se verificado que as crianças com 10 anos ou mais agiram de forma mais egoísta, comparativamente às crianças de 7 anos. Ongley e Malti (2014) confirmam a mesma ideia. Contudo, verificaram que nas raparigas entre os 9 e 12 anos de idade, o comportamento de partilha atinge uma estabilidade (não diminui), enquanto que nos rapazes, o comportamento de partilha diminui nessa mesma fase. Desta forma, parece haver evidência que a partilha assume uma evolução gradual, contudo, apresenta uma redução ou estabilidade na passagem do final da infância para o início da adolescência.

Um outro autor, Damon (1975), estudou em particular o desenvolvimento da justiça distributiva, nomeadamente, os critérios que as crianças utilizam para tomar decisões sobre como distribuir recursos com os outros. No seu trabalho, Damon descreveu uma sequência desenvolvimentista de 6 níveis, que reflete o critério principal considerado pela criança na partilha de recursos. No primeiro nível (*Nível 0 A*), normalmente observado até aos 4 anos, as crianças partilham recursos em função do que desejam que aconteça, sem que para isso, apresentem algum tipo de justificação (e.g. dou um chocolate a cada um porque quero). No segundo nível (*Nível 0 B*), normalmente observado entre os 4 e os 5 anos, as crianças partilham ainda com base em desejos próprios. No entanto justificam a forma como partilham, com aspetos da realidade externa, como por exemplo, características dos destinatários como idade, tamanho ou sexo (e.g. dou 4 chocolates porque são meninas). No terceiro nível, (*Nível 1 A*), observado dos 5 a 7 anos, as crianças definem como dividem os recursos baseadas na igualdade evitando dessa forma conflitos (e.g. todos devem receber o mesmo, assim ninguém se zanga). No quarto nível (*Nível 1 B*), normalmente observado dos 6 a 9 anos, emergem as noções de reciprocidade (mérito) nas justificações para as formas como consideram ser mais justo distribuir recursos (e.g., ajudou mais por isso recebe mais). No quinto nível (*Nível 2 A*), normalmente observado dos 8 a 10 anos, a criança compreende que a justiça é relativa, dependendo das situações de que cada elemento envolvido. Nestas idades, as suas escolhas começam a basear-se na equidade (e.g., vou dar mais a este menino porque ele tem menos). Finalmente, no sexto nível (*Nível 2 B*), normalmente observado após os 10 anos, as crianças coordenam já princípios de igualdade, equidade, reciprocidade (e.g., apesar de eu também precisar, ele/a precisa mais do que eu).

De acordo com Damon (1975) e Piaget (1932) o desenvolvimento cognitivo proporciona o desenvolvimento da justiça distributiva. Os critérios ou princípios cognitivos menos exigentes, são usados maioritariamente por crianças mais novas (e.g., a distribuição baseada em aspetos externos como a idade ou no princípio da igualdade), enquanto que as crianças mais velhas assentam as suas distribuições em princípios de maior complexidade, como da necessidade dos destinatários ou da equidade, que exigem mais recursos cognitivos (Kienbaum & Wilkening, 2009).

Mais recentemente, um conjunto de estudos têm corroborado a sequência desenvolvimentista proposta por Damon. Por exemplo, na tentativa de conceptualizar trajetórias de desenvolvimento observadas na forma como as crianças distribuem recursos, Nisan (1984) investigou, numa amostra de crianças de 6 e 10 anos, de duas comunidades diferentes (e.g., Kibbutz, comunidade coletiva israelita e crianças da cidade), dois princípios, o

da igualdade, associada à distribuição uniformizada por todas as partes, e o da equidade, associada à distribuição conforme o esforço e contribuições de cada parte. De acordo com os resultados observados, Nisan concluiu que as crianças de ambas as idades recorrem a estes dois princípios, apresentando, no entanto, preferências diferentes de acordo com o contexto social onde estão inseridas, ou seja, se o princípio de equidade for o mais aceitável socialmente (i.e., na comunidade em que estão inseridos), as crianças tendem a agir de acordo com esse princípio.

Nesta mesma linha, Fehr, Bernhard e Rockenbach (2008) verificaram que crianças de 3 e 4 anos de idade, agem de forma a favorecer o seu próprio interesse, ou seja, são mais egoístas no comportamento de partilha, enquanto que aos 7 e 8 anos, as crianças, dão preferência à igualdade de recursos distribuídos, removendo qualquer desvantagem para ambas as partes. Beneson et al. (2007) chegaram à mesma conclusão, crianças dos 6 aos 8 anos partilham de forma igualitária, com amigos ou desconhecidos e Blake e Rand (2010) referem que aos 3 anos, a criança age de forma mais egoísta, enquanto que as crianças de 5 e 6 anos procuram resistir de forma acentuada à gratificação rápida de obter os recursos para si. Estes estudos apontam para que aos 3 anos a criança ainda age de forma egoísta, satisfazendo o próprio interesse, e que entre os 3 e os 8 anos atinge o maior potencial de partilha igualitária, dando lugar posteriormente a partilha mais equitativa (Fehr, Glatzle-Rutzler & Sutter, 2013).

Num outro estudo, Shaw e Olson (2012) investigaram a aversão à desigualdade no comportamento de partilha (i.e., manifestação de preferência de distribuição dos recursos de forma igualitária por todos os destinatários a qualquer outra possibilidade de distribuição como por exemplo, baseada no mérito ou na necessidade) em crianças dos 3 aos 8 anos, recorrendo a uma metodologia que implicava, tarefas de partilha com custos para a criança (i.e., as crianças partilhavam recursos seus, o que significa que ao decidir distribuí-los por diferentes personagens, sacrificavam os seus próprios recursos) e tarefas de partilha sem custos (i.e, que apelavam à distribuição de recursos que são dados às crianças, mas que nunca seriam seus). Os resultados mostraram que as crianças de 6 a 8 anos preferem depositar no lixo um recurso de forma a obter uma distribuição igual entre todos, a distribuí-los de forma desigual, quer nas situações de partilha com custo ou sem custo para o próprio.

Ainda, num outro estudo Malti et al. (2016) foi também observado que apenas 3% das crianças com 8 anos, não partilharam os recursos com um destinatário hipotético neutro (i.e., da mesma idade e sexo da criança), enquanto que aos 4 anos, 35% das crianças escolheu não partilhar na mesma condição, resultados estes que sugerem também uma distribuição mais baseada na vontade da criança, aos 4 anos e uma crescente preocupação com a igualdade (ou aversão à desigualdade) manifesta aos 8 anos.

Um outro conjunto de estudos, e alguns dados de estudos já referidos anteriormente, têm, no entanto, desafiado esta sequência de desenvolvimento, apontando para a necessidade de complexificação da descrição da trajetória de desenvolvimento do comportamento de partilha. Por exemplo, Gummerum, Hanoch e Keller (2008) mencionam que para além dos dois princípios de igualdade e equidade acima referidos (Damon, 1984; Nisan, 1984), um outro princípio, o da necessidade, de acordo com o qual a distribuição é feita segundo a necessidade do outro, é observado na forma como crianças dos 3 aos 5 anos distribuem recursos.

Características dos destinatários

A literatura demonstra desta forma que a decisão de partilhar ou não um recurso varia, não só ao longo da idade, como também em função de características do destinatário. Por exemplo, de acordo com o estudo de Brownell et al. (2013) já mencionado anteriormente, as crianças mais pequenas são mais propensas a partilhar, se o destinatário evidenciar claramente o seu desejo, o que indica que o comportamento de partilha varia, por volta dos 2 anos, em função da forma, explícita, ou não, do destinatário expressar a sua necessidade. Noutro estudo, em que os participantes tinham como destinatário pessoas familiares e não familiares, observou-se um aumento significativo do comportamento de partilha dos 3 aos 9, quando o destinatário era familiar à criança (i.e., um amigo). Quando o destinatário não era familiar, observou-se também um aumento do comportamento de partilha, mas de pequena magnitude (Yu, Zhu & Leslie, 2016).

Ainda, nesta linha de investigação, Matli, Gummerum, Ongley, Chaparro, Nola e Bae (2016) realizaram um estudo para avaliar de que forma as características do destinatário influenciavam o comportamento de partilha em crianças de 4 e 8 anos. Os autores observaram que tanto as crianças de 4 como de 8 anos partilharam mais recursos (i.e., autocolantes) com destinatários moralmente merecedores (i.e., partilhavam os seus recursos com outros; não empurravam) e em necessidade (i.e., estavam tristes; com poucos brinquedos), do que com um destinatário considerado neutro (i.e., da mesma idade e sexo da criança que podia partilhar recursos, sem ser dada mais nenhuma informação adicional para além desta). E que partilhavam menos recursos com destinatários moralmente não merecedores (i.e., que não partilhavam recursos; empurravam outra criança) do que com o destinatário neutro. Além disso, verificaram que essas diferenças observadas entre os recursos partilhados com os destinatários moralmente merecedores, moralmente não merecedores ou em necessidade e a partilha de recursos com o destinatário neutro foram mais acentuadas nas crianças de 8 do que nas de 4 anos.

Diferenças de género no comportamento de partilha

Relativamente ao género, será que as raparigas apresentam mais comportamentos pro sociais, como a partilha do que os rapazes, os rapazes apresentam mais comportamentos pro sociais do que as raparigas ou será que não há diferenças de género, relativamente a este comportamento? A este respeito, a literatura divide-se. Se existem estudos que evidenciam que as raparigas são mais pro sociais (Gummerum, Hanoch, Keller, Parsons & Hummel, 2010); Gummerum et al., 2008; Hastings et al., 2007), existem também estudos que evidenciam que são os rapazes que exibem mais comportamentos pro sociais. Por exemplo, Calbo e colaboradores (2009) ao estudarem o bullying e comportamentos pro sociais, através de um questionário sobre características pró sociais preenchidos pelos pares, verificaram que os rapazes obtiveram maior pontuação nos comportamentos pro sociais do que as raparigas. Num outro estudo realizado por Beneson et al. (2007) com crianças de 4, 6 e 9 anos, os rapazes foram os que realizam maiores alocações.

Apesar desta inconsistência, os estudos, realizados em crianças, adolescentes e adultos, sugerem uma maior possibilidade das raparigas e mulheres serem mais pro sociais do que rapazes e homens (Hastings et al., 2007). As inconsistências observadas relativamente às diferenças entre os géneros, pode estar associada à forma como é medido o comportamento pro social. Por exemplo, o facto de se usar questionários e técnicas de observação diferentes, pode contribuir para essas inconsistências (Hastings et al., 2007).

No seu todo, estes dados indicam que ainda não é clara o modo como o comportamento de partilha evolui ao longo do ciclo de vida. De outra forma, quais os critérios que estão subjacentes ao comportamento de partilha nas suas diferentes fases. Um dos objetivos do presente estudo é contribuir para esta clarificação.

Jogo do ditador

Diversos estudos recorrem à metodologia do Jogo do Ditador para avaliar o comportamento de partilha em crianças de ensino pré-escolar e escolar (e.g., Blake & Rand, 2010; Gummerum et al., 2010; Malti et al., 2016), adolescentes (e.g., Leman, Keller & Takezawa, 2009; Malti et al., 2012; Ongley e Malti, 2014) e adultos (e.g., Korenok, Millner & Razzolini, 2014). Jogos económicos como o Jogo do Ditador são considerados ótimos para avaliar a moralidade subjacente ao comportamento pro social, possibilitando ter um vislumbre sobre o desenvolvimento dos processos subjacentes ao comportamento de partilha (Gummerum, Keller, Takezawa, & Mata, 2008). Num típico Jogo do Ditador, o proponente (ou ditador) recebe uma quantia em dinheiro ou algum recurso valioso (e.g., doces, autocolantes) e

a instrução para partilhar ou não com um outro, de acordo com o que quiser fazer. Neste jogo, partilhar é inteiramente voluntário. Quando opta por partilhar, o próprio decide qual a quantidade a distribuir (Chen, 2013; Fehr, Bernhard & Rockenbach, 2008). A decisão de partilhar é considerada um comportamento altruísta, uma vez que a pessoa que não pode agir por reciprocidade (i.e., responder de forma recíproca a um comportamento pró social que lhe foi dirigido anteriormente pela pessoa com quem agora partilha os seus recursos) nem esperar ganhos com a sua ação, pois não voltará a jogar outro jogo ou a interagir no futuro com o outro jogador. Neste sentido, neste jogo, há sempre uma ausência de consequência ou reforço para aqueles que partilham ou não partilham os seus recursos (Gummerum et al., 2010).

O Jogo do Ditador como supramencionado tem sido utilizado em diferentes estudos, para avaliar o comportamento pro social, nomeadamente a partilha, contudo, outros instrumentos (e.g. questionários de autopreenchimento; questionários preenchidos por cuidadores ou professores) têm sido utilizados para a mesma finalidade, o que, como já dissemos, pode estar na base de diferentes resultados encontrados em diversos estudos que investigam o desenvolvimento do comportamento de partilha (Gummerum et al., 2008; Ugurel-Semin, 1952).

Fatores associados ao desenvolvimento do comportamento de partilha

Variáveis sociodemográficas

Como já dito anteriormente, vários estudos têm investigado que variáveis podem estar associadas ao desenvolvimento e variabilidade do comportamento de partilha. O estatuto socio económico é uma das características que tem sido investigado, havendo na literatura resultados inconsistentes. Num estudo conduzido por Beneson et al. (2007) em Inglaterra, com o objetivo de perceber se a condição socioeconómica da criança participante estava associada ao comportamento de partilha, verificou-se que aos 4 anos de idade, independentemente do seu estatuto socioeconómico, as crianças partilhavam pelo menos um dos recursos recebidos. No entanto, nesse estudo observou-se que a partilha só aumentou com a idade, no grupo de crianças de condição socioeconómica mais privilegiada. Outro estudo, realizado na China, apresenta resultados diferentes no sentido de que as crianças partilham mais quando vivem num ambiente com maiores dificuldades financeiras (Chen, Zhu & Chen, 2013). Uma possível explicação para estas discrepâncias pode ter a ver com aspetos culturais. Rochat e colaboradores (2009) verificaram que as pessoas se comportam de forma diferente no Jogo do Ditador, em diferentes culturas. A China é reconhecida como uma cultura de coletividade, enquanto que o Reino Unido se caracteriza por uma cultura ocidental de países desenvolvidos onde os menos privilegiados

são os mais ajudados. Em Inglaterra, Beneson et al. (2007) reportaram que as crianças consideradas provenientes de famílias com baixo estatuto socioeconómico recebiam lanches na escola, sendo por isso possível que estas crianças estejam mais habituadas a receber do que a dar. Num outro de estudo, de Ugurel e Semin (1952) com crianças turcas, também se verificou o mesmo descrito por Chen e colaboradores (2013) que as crianças mais desfavorecidas eram as que partilhavam mais. Outro dado importante a considerar neste estudo tem a ver com os resultados que demonstram que crianças provenientes de famílias com 1 ou 2 filhos partilhavam mais do que crianças provenientes de famílias numerosas.

Variáveis sociais e emocionais das crianças

No intuito compreender melhor os antecedentes do comportamento de partilha, Malti et al. (2012) evidenciam que as raízes do desenvolvimento da partilha se podem basear nos processos das emoções sociais, como a aceitação social e a simpatia. Os autores reportaram que o aumento da partilha das crianças entre os 6 e 9 anos, está associada à capacidade desenvolvida desde cedo de simpatizar com outros. Além disso, os autores reportam que a aceitação social das crianças aos 6 anos é um fator preditor do comportamento de partilha das crianças aos 7 anos. A criança partilha mais quando se sente bem aceite socialmente e é simpática. Mais tarde, Ongley e Malti, (2014) estudaram o papel da simpatia e emoções negativas (e.g. culpa, tristeza), no comportamento da partilha. A simpatia foi medida por autorrelato das crianças e dos cuidadores e as emoções negativas foram medidas através de vinhetas e completadas pelos participantes como se sentiria em cada história. Os autores verificaram a existência de uma espécie de vias para a partilha, ou seja, a simpatia surge como um fator preditor do comportamento de partilha nas crianças de 4 anos, mediante recolha do autorrelato da mesma. Contudo, as crianças que reportam baixos níveis de simpatia, a partilha foi influenciada pelas emoções negativas diante da possibilidade de falhar numa ação pro social. Desta forma, os autores sugerem duas vias para a partilha, a simpatia, no entanto quando esta está presente em baixos níveis, as emoções negativas desempenham um papel significativo na decisão de partilhar.

Matli, Gummerum, Ongley, Chaparro, Nola e Bae (2016) num estudo longitudinal, aos 6, 9 e 12 anos revelaram também que emoções como a simpatia e a culpa exercem um papel importante no desenvolvimento de 3 comportamentos pro sociais, a ajuda, cooperação e partilha das crianças. Verificando que altos níveis de simpatia e sentimento de culpa estavam associados a maior partilha nas idades de 9 e 12 anos.

Florescimento Relacional

O florescimento refere-se à experiência da vida correr bem, associada ao sentimento de bem-estar do indivíduo e funcionamento eficaz em tudo o que se faz (Huppert, 2009). O bem-estar pode parecer um conceito relativamente simples de se pensar e estudar, respondendo à questão rotineira “Como estás?”. Contudo, a literatura evidencia que o bem-estar está longe de se captar por uma resposta simples e linear a esta questão, sugerindo que este é um constructo multifacetado, que tem sido descrito de acordo com duas perspectivas distintas, contudo complementares (Yildirim, 2019).

A primeira perspectiva, alicerçada na Hedonia (Kahneman, Diener & Schwartz, 1999), salienta o bem-estar subjetivo ou felicidade associados à experiência de prazer momentâneo e temporário, evitando qualquer dor ou emoção negativa. Este bem-estar subjetivo é considerado um construto constituído por 3 elementos distintos, contudo associados: (a) frequência de emoções positivas; (b) evitamento de emoções negativas; (c) satisfação com a vida (Yildirim, 2019).

A segunda perspectiva, assente na Eudemonia (Waterman, 1993), conceito de Aristóteles, salienta o bem-estar psicológico ou florescimento, em que o bem-estar do indivíduo assenta num comportamento ativo que reflete excelência e virtude, concretização de objetivos relacionados com os valores em que o indivíduo acredita, que têm, por isso significado e dão o sentido de realização na vida.

Os conceitos de Hedonia e Eudemonia têm sido revistos e alguns autores como Huta e Ryan (2010) têm discutindo as suas definições. De acordo com estes autores, tanto a Hedonia como a Eudemonia são vistas não apenas em termos de comportamentos que resultam em bem-estar subjetivo ou psicológico, mas também como a base das escolhas (i.e., motivos) para realizar determinados comportamentos. Para Huta (2013) o bem-estar Hedónico e Eudemónico de uma pessoa é definido pelos motivos pessoais que estão subjacentes às escolhas do próprio. A Hedonia passa por procurar as experiências que proporcionam estados afetivos positivos. A Eudemonia reflete o desejo de desenvolver o seu potencial, de usar e desenvolver o melhor de si próprio, de forma congruente com os seus princípios, valores e verdadeiro self, ou seja, de forma autêntica. Tanto a Eudemonia como a Hedonia são importantes e o equilíbrio entre as duas é o ideal para o florescimento tanto individual como relacional, um outro conceito central na literatura do bem-estar (Fowers et al., 2016). Os construtos Hedonia, Eudemonia e florescimento estão relacionados, contudo, apesar do bem-estar hedónico assumir as formas de felicidade e prazer, não quer dizer que floresça, o florescimento tem sido sobretudo associado à Eudemonia (Fowers et al., 2016).

Florescimento individual

O conceito de florescimento individual surge na década de 90 com Seligman e Csikszentmihalyi (2000) quando estes autores se focaram no conhecimento e exploração dos aspetos favoráveis do ser humano que culminassem no florescimento individual. Esta abordagem reflete um novo tempo no estudo da psicologia humana, interessada em aprofundar as dimensões de felicidade e bem-estar do ser humano. E em 2011, Seligman escreve um livro sobre o florescimento, que reflete esta nova compreensão.

A literatura tem proporcionado evidência que sustenta que altos níveis de bem-estar são benéficos tanto na esfera individual como em sociedade. Estudos transversais, longitudinais e experimentais demonstram associações significativas entre o bem-estar e resultados favoráveis ao indivíduo, tais como aprendizagem, produtividade e criatividade, bons relacionamentos, comportamento pro social, boa saúde e esperança de vida (Hupper & So, 2013). Chida e Septoe (2008) estudaram o impacto do bem-estar psicológico na vida de pessoas saudáveis e doentes. Os autores verificaram uma associação positiva entre o bem-estar psicológico e a redução da mortalidade tanto na população saudável como na doente, tendo assim o bem-estar um efeito positivo na sobrevivência da população. Bolier, Haverman, Westerhoff, Riper, Smit e Bohlmeijer (2013) realizaram uma meta análise com 39 estudos que incidiram sobre os efeitos de intervenções psicológicas que promoviam o bem-estar subjetivo e psicológico e o impacto destes nos sintomas depressivos. Os autores confirmaram que de facto programas de intervenção de promoção do bem-estar são eficientes e o bem-estar tanto subjetivo como psicológico estão associados positivamente com a redução de sintomatologia depressiva.

Grant, Guille e Sem (2013) ao contrário de outros que avaliam o impacto do bem-estar na depressão, os autores avaliaram se o baixo nível de bem-estar era um fator de risco para o desenvolvimento de sintomatologia depressiva em internos de medicina, avaliados a cada 3 meses durante o primeiro ano. Os resultados obtidos demonstram que valores baixos de bem-estar foram associados a altos níveis de sintomas de depressão durante o tempo de estudo dos internos. Parece ser importante e útil a avaliação do bem-estar na prevenção de depressão, bem como de programas de promoção de bem-estar. Ainda em Schotanus-Dijkstra, Klooster, Drossaert, Pieterse, Bolier e Wallburg (2016) num estudo longitudinal, investigaram a relação entre o florescimento na saúde mental e os transtornos de humor, ansiedade e uso de substâncias, verificaram que o florescimento promoveu a redução do risco de transtornos do humor em 28% e ansiedade 53%, contudo não previu significativamente o recurso ao uso de substâncias. Também estes autores confirmam a importância da promoção do bem-estar como estratégia para prevenia doenças mentais.

A importância do bem-estar não se resume apenas à esfera individual, mas também à esfera relacional (Yildirim, 2019). O conceito de florescimento relacional tem sido estudado e atualizado para uma melhor compreensão do que consiste e seu impacto na vida pessoal e nos outros. Fowers et al. (2016) refere que a qualidade dos relacionamentos são indicadores favoráveis para o sentimento de bem-estar físico e psicológico de um indivíduo. Mais acrescenta que a relação conjugal é um dos meios pelo qual dois indivíduos podem sentir esse bem-estar.

Florescimento Relacional

O florescimento relacional surge como medida de avaliação da qualidade conjugal (Fowers et al., 2016). O florescimento relacional é algo que acontece no centro da relação, entre duas individualidades independentes que entrelaçadas criam um espaço, sendo esse o que se pretende avaliar. A satisfação conjugal é definida como a avaliação pessoal e subjetiva de cada elemento sobre a conjugalidade, relativamente ao amor e funcionamento do casal (Narciso & Costa, 1996).

Fowers et al. (2016) desenvolveram a *Escala de Florescimento Relacional (RFS)* que avalia o florescimento relacional como uma junção de bem-estar subjetivo e psicológico, representando um equilíbrio de aspetos importantes numa relação. Os autores consideraram 4 grandes dimensões que vários estudos indicam como sendo fatores vitais para o bem-estar Eudemónico, são elas: significado, crescimento pessoal, partilha de objetivos e dedicação à relação.

A satisfação do casal, durante algumas décadas foi acedida através de medidas que avaliavam a satisfação pessoal, individual, no relacionamento, ou seja, a qualidade conjugal era determinada pela perceção de satisfação de cada um dos parceiros (Fowers et al. 2016). Nesta perspetiva, Neves e Duarte (2015) mediram a satisfação conjugal com apenas 3 perguntas demonstrando que essa satisfação reflete as expectativas e desejos concretizados através do comprometimento num relacionamento.

Contudo, a satisfação conjugal tem sido difícil de estudar, por ser um constructo abrangente e muito subjetivo, em que os aspetos que podem ser caracterizados como satisfatórios para um dos elementos do casal podem não ser para o outro (Narciso & Costa, 1996). Rust, Bennun, Crowe e Golombok (1988) sugerem a Escala de Satisfação Conjugal (*The Golombok Rust Inventory of Marital State – GRIMS*), para medir a qualidade do relacionamento conjugal, atendendo a dimensões como a satisfação, comunicação, interesses compartilhados, confiança e respeito. Quase uma década depois surge uma outra escala desenvolvida por

Narciso e Costa (1996) que abrange 10 áreas distribuídas por duas grandes dimensões, amor e funcionamento. Na dimensão amor, são consideradas as áreas sentimentos ou expressão de sentimentos, sexualidade, intimidade emocional, características físicas e psicológicas e continuidade da relação. Na dimensão funcionamento, são consideradas as áreas, funções, tempos livres, autonomia/privacidade, comunicação e conflitos e relação extrafamiliares.

Devido à falta de estudos focados no florescimento relacional, que parece estar baseado em componentes mais profundas do que apenas a satisfação individual na relação, ou seja, não assente apenas na gratificação pessoal, mas também nos interesses do outro, serão apresentados de seguida estudos que assentam na satisfação conjugal e seus benefícios (Fowers et al., 2016).

Fowers e seus colaboradores (2016) referem que, relacionamentos onde existe um envolvimento com significado para ambos, com atividades preenchidas de propósitos, ajudam os parceiros a crescerem como entidades individuais e como casais. A boa qualidade relacional nos casais, prende-se com o equilíbrio destas duas dimensões, a individual e conjugal.

Fincham e Beach (2010) sugerem que níveis altos de qualidade conjugal teriam na sua composição aspetos como crescimento pessoal, significado, sacrifício, conforme o tempo que o casal está unido, a sua relação vai amadurecendo e ambos influenciam os costumes e identidade um do outro. Holt-Lunstad, Birmingham e Jones (2008) num estudo com casados e solteiros, indicam que estar casado traz benefícios para a saúde, estando associado a baixa morbidade e mortalidade. Os autores verificaram que a alta qualidade conjugal foi associada a menor pressão arterial, menos stress, menor depressão e maior satisfação com a vida, enquanto que o estado civil de solteiro e casado com baixa qualidade conjugal, estava associado a maior pressão arterial. O estudo conclui que não é o facto de estar numa relação que traz benefícios, mas a satisfação e suporte associado à relação que é determinante.

A literatura tem registado várias evidências de que a satisfação conjugal, tem os seus benefícios para a saúde. Beach, Arias e O'leary (1986) estudaram o impacto da satisfação conjugal e rede de suporte na sintomatologia depressiva, verificando que o isolamento social e discórdia conjugal são responsáveis por altos níveis de depressão. Uma meta-análise de Proulx, Helms e Buehler (2007) com intenção de estudar a ligação entre a qualidade conjugal e o bem-estar, mostrou que a insatisfação conjugal contribui para elevados níveis de sintomas depressivos, e que a qualidade conjugal, estudada em 66 estudos transversais e 27 estudos longitudinais, está relacionada com o bem-estar pessoal ao longo do tempo.

Os estudos até agora referidos descrevem relações entre o bem-estar e seu impacto a nível individual. Uma crítica muito saliente a estes estudos refere o facto do estudo do

florescimento ou bem-estar psicológico se focar na excelência pessoal, crescimento e atualização de si próprio, sem ter em conta a preocupação pelos outros.

Um conjunto de estudos debruçou-se sobre o impacto desse próprio bem-estar no bem-estar de outras pessoas. Por exemplo, Waterman (1981, 1984) concluiu que a atualização do self estava positivamente associada ao comportamento pro-social. Huta (2012) estudou a influência que os pais exercem sobre os filhos, verificando mais benefícios nos filhos de pais que cotaram mais alto na Eudemonia (e.g. significado, autoestima, vitalidade).

Huta, Pelletier, Baxter e Thompson (2011) investigaram, numa amostra de 119 participantes, a forma como a Eudemonia e Hedonia de uma pessoa afeta os seus amigos e parentes, como estes se sentem recolhendo os seus dados através de questionários de autopreenchimento. De acordo com os resultados, as pessoas motivadas Eudemonicamente e Hedonicamente promovem sentimentos de afeto positivo nas pessoas mais próximas (amigos e familiares). As pessoas motivadas para a Eudemonia beneficiaram ainda os amigos e parentes com sentimentos de conexão, vitalidade e significado. Neste estudo o comportamento pro social estava correlacionado positivamente com a Eudemonia e não com Hedonia. Assim, estes resultados indicam que as pessoas orientadas para a Eudemonia, ou florescimento, estão preocupadas com o bem-estar dos outros e contribuem para um impacto positivo na vida dos outros.

Relação do Florescimento relacional e o comportamento da partilha

O estudo do comportamento pro social tem incidido em grande parte nas características da criança, como idade, género, processos cognitivos, valores, empatia, simpatia, emoções positivas (e.g., alegria) e negativas (e.g., culpa), estatuto socioeconómico. Os estudos sobre o impacto dos pais ou cuidadores no comportamento pro social da criança incidem maioritariamente nos estilos parentais (e.g., Saleem & Anwar, 2019), perturbações de humor dos pais (e.g., depressão) (Johnson, Seidenfeld, Izard & Kobak, 2013). Sobre o impacto do florescimento relacional parece não haver estudos de evidencia direta sobre possíveis relações entre esta variável e o comportamento pro social das crianças. Contudo, a literatura permite inferir possíveis ligações entre as duas variáveis.

Como referido acima, a satisfação individual impacta o outro de forma favorável, da mesma forma que a satisfação conjugal tem o seu impacto noutros relacionamentos. Yu e Gamble (2008) estudaram a relação conjugal e sua associação com estilos parentais e qualidade de relação entre irmãos. Os autores aferiram que relações conjugais mais cooperantes e pais mais calorosos foram significativamente associados a relações entre os irmãos mais agradáveis.

O estudo demonstrou de igual modo que existe um impacto direto da relação conjugal nos estilos parentais. Lucas-Thompson e Clarke-Stewart (2007) num estudo longitudinal, estudaram a qualidade conjugal, e outras variáveis, no relacionamento das crianças com os seus pais. A qualidade conjugal (percecionada pela mãe) foi medida aos 3, 4, 6 e 8 anos da criança e aos 9 anos foram observadas as interações das crianças com os seus pais. Resultados deste estudo mostram que a qualidade conjugal estava significativamente associada a uma boa qualidade de relações de amizade e vinculação segura.

Um outro aspeto a ter em consideração sobre o impacto da relação conjugal e desenvolvimento infantil são os conflitos entre os pais. De acordo com a literatura, os conflitos são um aspeto que pode impactar e prejudicar o desenvolvimento da criança, sendo, no entanto, necessário ter em conta vários aspetos do conflito (Cummings, Goeke-Morey & Papp, 2016).

Benneti (2006) apresenta uma revisão sobre o conflito conjugal e qual o seu impacto no desenvolvimento psicológico na criança e adolescente. A autora refere que a discórdia entre o casal, maioritariamente associada a comportamentos violentos impacta de forma significativa o desenvolvimento psicológico, emocional, social e cognitivo da criança. Assim, os conflitos por si só não são necessariamente um fator de risco. Não é o conflito em si que pode gerar dificuldades no desenvolvimento da criança, mas diferentes aspetos do mesmo, como a frequência dos conflitos, a intensidade das interações, o conteúdo do conflito e a forma como o mesmo é resolvido (Cummings et al., 2016).

Um outro aspeto importante de ser considerado é que a qualidade dos relacionamentos parecem exercer um certo impacto na disponibilidade dos pais, em relação aos filhos. Fantinato (2013) refere que a presença constante de conflitos pode deixar os pais ou cuidadores mais impacientes e indisponíveis para o acompanhamento dos filhos, enquanto que nos relacionamentos com poucos conflitos ou com conflitos construtivos, os pais ou cuidadores são mais presentes na vida dos filhos (Cummings et al., 2016). Esta disponibilidade na vida dos filhos pode gerar sentimentos de pertença, bem-estar na vida das crianças, que levam a pensar o outro de forma diferentes e exibem comportamentos mais adaptados como comportamentos pro sociais (Fantinato, 2013). McCoy, Cummings e Davies (2009) estudaram que impacto apresentam os conflitos conjugais (e.g., construtivos e destrutivos) na segurança emocional da criança e no seu comportamento pró social. Ao contrário de outros estudos que enfatizam que os conflitos construtivos reduzem respostas desfavoráveis ou podem incidir na prevenção de distúrbios de comportamento, os autores ressaltam aspetos favoráveis em consequência de discórdias conjugais construtivas. O resultado deste estudo indica que conflitos construtivos estão associados positivamente com a práticas parentais mais calorosas e ao comportamento de

partilha nas crianças. Além disso, neste estudo a forma construtiva dos pais resolverem os seus conflitos estava associada positivamente com a segurança emocional das crianças. Os autores sugerem que com o investimento na segurança emocional da criança, reduz a possibilidade de comportamentos de interiorização (e.g., depressão) e de exteriorização (e.g., agressividade) contribuindo para o bom desenvolvimento na saúde emocional da criança. É importante lembrar que os resultados que envolvem o comportamento pro social das crianças podem variar conforme a metodologia utilizada para o avaliar. Neste estudo, o comportamento pro social foi avaliado através de questionário de 7 itens respondidos independentemente pelo pai, mãe e professora, e não por experiências económicas como o Jogo do Ditador.

Por fim, um facto interessante é o efeito que a qualidade conjugal tem nos estilos parentais e estes por sua vez, impactam o desenvolvimento do comportamento pro social das crianças. Knafo e Plomin (2006) num estudo longitudinal, investigaram a positividade (e.g., sentimentos positivos; disciplina não coerciva) e negatividade (e.g., sentimentos negativos; disciplina punitiva) dos pais em relação aos filhos gémeos. O comportamento pro social das crianças foi, da mesma forma que o anterior, avaliado aos 3, 4 e 7 anos. A positividade e a negatividade foram avaliadas em cada idade relativamente a cada gémeo. Os resultados demonstram que em todos os momentos de avaliação a positividade dos pais estava associada positivamente com o comportamento pro social. Quanto mais os pais demonstram sentimentos positivos e usam disciplina adequada às crianças, maior a probabilidade de exibição de comportamento pro social nos filhos. Um outro estudo desenhado para investigar a relação dos estilos parentais e o comportamento pro social/antissocial em adolescentes, verificou que as atitudes do pai e da mãe influenciam de forma diferentes os filhos rapazes e raparigas. As atitudes das mães influenciam mais os comportamentos antissociais (e.g., agressividade) nos rapazes e as atitudes dos pais contribuem para uma maior incidência em comportamentos agressivos por parte das raparigas. Quanto mais aceitação e autonomia da parte de ambos os pais, menor a exibição de agressividade nos filhos, contudo, estas apenas estas duas atitudes no pai refletem em menor expressão de comportamentos agressivos nas raparigas (Lasota, 2018).

Mosmann, Wagner e Sarriera (2008) estudaram a qualidade conjugal como preditor dos estilos educativos parentais em filhos adolescentes. Os resultados do estudo demonstram que os casais com maiores níveis de comportamentos afetivos e elevada capacidade de adaptação, refletem um estilo parental com alta responsividade, com níveis baixos de exigência relativamente aos filhos. Estes casais também reportaram maiores níveis de satisfação conjugal. Saleem e Anwar (2019), investigaram a relação dos estilos parentais e comportamento pro social numa amostra com universitários. Os autores concluíram que os estilos parentais

autoritativo e indulgente estavam positivamente associados ao comportamento pro social, contudo a empatia parece exercer um efeito mediador dos dois. O estilo autoritário foi negativamente correlacionado com o comportamento pró social.

Pertinência do estudo e objetivos

O comportamento da partilha tem sido estudado por vários autores ao longo de várias décadas (Eisenberg, Spinrad & Sadovsky, 2006; Handlon & Gross, 1959); Malti et al 2016). Tal como referido na revisão apresentada, existem várias mudanças no comportamento de partilha durante o desenvolvimento da criança. Contudo, não existe ainda consenso entre todos os autores sobre essa trajetória de desenvolvimento. Por exemplo, se para uns o comportamento de partilha segue uma trajetória mais simples (e.g., crianças mais novas partilham de acordo com critérios externos, como sexo ou estatuto da outra criança e as mais velhas de acordo com princípios de igualdade; Damon, 1975), outros observam que numa mesma fase de desenvolvimento as crianças revelam diferenças na forma como partilham, de acordo, por exemplo com as características do recetor (e.g., partilham mais recursos com uma criança em necessidade do que com uma criança que foi imoral; Malti, et al., 2016). Assim, torna-se fundamental continuar a investigar e explorar os aspetos e variáveis inerentes ao comportamento de partilha das crianças de forma a contribuir para uma compreensão e caracterização das mudanças relativas ao comportamento de partilha, ao longo do ciclo de vida.

Ao longo dos anos, a ciência procurou respostas para a saúde mental no que diz respeito à patologia e ao sofrimento psicológico, contudo e sem desfazer a sua importância, surge a pertinência de estudar afinadamente de que forma aspetos favoráveis do ser humano e suas potencialidades podem ter impacto na saúde mental do individuo e como por afetar outros (Seligman, 2011). A literatura habitualmente estuda os efeitos negativos da relação dos pais, como conflitos conjugais (Benetti, 2006), dependência de substâncias (Silva, Pires, & Gouveia, 2015), perturbações de humor (Motta, Lucion, & Manho, 2005), divórcios (Silva & Gonçalves, 2016) e como afetam o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. A literatura indica que relacionamentos de apoio mútuo, e cooperantes estão associadas ao exercício de parentalidade mais satisfatória tanto da parte da mãe como do pai. A literatura demonstra que relações harmoniosas entre os pais, promovem sensibilidade na parentalidade e díades pai-filho e mãe-filho mais calorosas (Azevedo, Cia e Spinazola, 2019; McCoy, Cummings, & Davies, 2009).

Ainda assim, a literatura não oferece, contudo, tanto quanto é do nosso conhecimento, respostas no sentido de compreender como o florescimento relacional impacta o

comportamento pro social das crianças, podendo apenas fornecer pistas para inferências, ainda que ténues, mas possíveis. Pais mais disponíveis, calorosos, e utilizando estilos parentais do tipo indulgente e autorizante estão relacionados positivamente com o comportamento pro social da criança (Huppert & So, 2013; Selignam & Csiksentmihaly, 2000). Desta forma, faz sentido investigar a relação entre florescimento relacional e o comportamento pro social da criança, contribuindo assim para um conhecimento mais clarificado e atualizado.

O estudo procura ainda colmatar uma lacuna na investigação científica, sobre as variáveis que podem explicar diferenças observadas no comportamento de partilha em crianças das mesmas idades. Mais concretamente, possíveis relações entre aspetos favoráveis do funcionamento humano, como o florescimento relacional, e aspetos do desenvolvimento infantil, nomeadamente o comportamento de partilha. Neste contexto, este estudo pretende investigar se: (a) o comportamento de partilha varia com a idade; (b) crianças de 6 e 7 anos variam na forma como partilham recursos, em função de diferentes características do destinatário; e (c) características do contexto familiar da criança nomeadamente, aspetos da qualidade da relação conjugal dos pais, conceptualizados em termos de florescimento relacional, estão associadas com o comportamento de partilha das crianças.

Tendo em conta o exposto, espera-se que (a) numa situação em que as crianças podem partilhar recursos com um destinatário neutro, da mesma idade e sexo da criança, as crianças de 6 anos partilhem significativamente menos autocolantes do que as crianças de 7 anos; (b) as crianças de 7 anos, quando comparadas com as crianças de 6 anos, partilhem significativamente mais recursos com os destinatários em necessidade ou moralmente merecedores e menos recursos com destinatários que não se encontram em necessidade ou moralmente não merecedores; e (c) o florescimento relacional esteja positivamente associado ao comportamento de partilha nas crianças, esperando-se que quanto mais elevado o valor de florescimento relacional dos pais mais elevado o comportamento de partilha.

O Estudo segue uma metodologia transversal, de natureza correlacional.

Método

Participantes

Participaram neste estudo 30 crianças com 6 e 7 anos de idade ($M= 6,47$; $DP=0,51$) e os seus pais. As crianças frequentam o 1º ano ($n=21$) e 2º ano ($n= 9$) do ensino básico, em escolas da grande Lisboa.

Fizeram parte desta amostra crianças sem história ou sinalização de dificuldades cognitivas. Todas as crianças apresentavam, a data da recolha de dados, os pais casados ou a coabitarem juntos, entre 6 e 15 anos ($M=10.96$; $DP=2.75$). Sete das crianças participantes são filhos únicos e 23 possuem irmãos, sendo que 11 são filhos primogénitos e 19 ocupam outros lugares na fratria. Todas as crianças eram fluentes na língua portuguesa.

Tabela 1

Características da amostra de crianças relativamente a variáveis socio demográficas (n=30)

	Frequência	Percentagem
Sexo		
Feminino	14	46.7%
Masculino	16	53.3%
Ano escolaridade		
1º ano	21	70.0%
2º ano	9	30.0%
Filhos primogénitos		
Sim	11	36.7%
Não	19	63.3%
Irmãos		
Sim	23	76.7%
Não	7	23.3%
Ensino		
Público	10	33.3%
Privado	20	66.7%
Distrito		
Lisboa	21	70%

As mães tinham idades compreendidas entre os 31 e 53 anos ($M=38.87$; $DP=4.35$) e os pais entre os 31 e 48 anos ($M=40.37$; $DP=3.90$). As mães reportaram trabalhar entre 0 e 45 horas por semana ($M=28.28$; $DP=16.58$), e, por sua vez, os pais entre 0 e 60 horas ($M=36.76$; $DP=13.70$). A maioria dos pais trabalham a tempo inteiro, mais especificamente 70% das mães e 90% dos pais (Tabela 2). O rendimento das famílias variou entre os 1270 € e os 1660 €. A maioria dos pais era de nacionalidade portuguesa (80% das mães e 83.3% dos pais), apesar de terem participado neste estudo crianças cujos pais ou mães tinham outras nacionalidades (Tabela 2).

Tabela 2

Características da amostra de mães e pais (n=30)

	Mãe		Pai	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Nacionalidade				
Portuguesa	24	80.0%	25	83.3%
Brasileira	2	6.7%	1	3.3%
Peruana	1	3.3%	1	3.3%
Angolana	1	3.3%	1	3.3%
Luso-Romena	1	3.3%	1	3.3%
Habilitações				
1º ciclo	0	0%	1	3.3%
3º ciclo	2	6.7%	5	16.7%
Secundário	9	30.0%	7	23.3%
Licenciatura	13	43.3%	15	50.0%
Mestrado	5	16.7%	2	6.7%
Doutoramento	1	3.3%	0	0
Trabalho				
Não trabalha	5	16.7%	1	3.3%

Trabalha a tempo inteiro	21	70.0%	27	90.0%
Trabalha parcial	4	13.3%	2	6.7%

Instrumentos

Questionário sociodemográfico

Este questionário permitiu recolher dados sobre idade da criança e dos pais, escolaridade, composição do agregado familiar, estatuto socioeconómico, rendimento mensal e carga horária de trabalho dos pais.

Medida aplicada às crianças: O Jogo do Ditador

No presente estudo, o comportamento de partilha foi avaliado através do Jogo do Ditador (Hoffman, McCabe, Smith & Vernon, 1996), na versão desenvolvida por Malti e colaboradores (2016). Nesta versão, o jogo consistiu em dar a cada participante, em cada condição do jogo, 10 autocolantes que podiam ou não ser partilhados com 1 destinatário pertencente a 1 de 9 condições: (a) neutra (criança com a mesma idade e do mesmo sexo que o participante); (b) criança triste e criança com poucos brinquedos (crianças em necessidade); (c) criança contente e criança com muitos brinquedos (crianças sem necessidade); (d) criança que empurra e criança que não partilha (crianças moralmente não merecedoras); e (e) criança que não empurra e criança que não partilha (crianças moralmente merecedoras). Para esta tarefa optou-se por usar 10 autocolantes (em vez de 6, como usado na versão original de Malti), uma vez que este número já foi utilizado em outros estudos com crianças de idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade (Blake & Rand, 2010; Gummerum et al., 2010), com o objetivo de captar diferenças mais finas no comportamento de partilha (Blake & Rand, 2010).

Num momento inicial do jogo a criança foi recebida com uma conversa de acolhimento que tem também como objetivo a obtenção dos dados pessoais do participante (e.g., Olá! Como estás? Como te chamas? Qual é a tua data de nascimento?). Posteriormente apresentou-se o jogo do ditador, com a seguinte instrução: “*Vamos jogar o jogo dos autocolantes, eu vou dar-te uns autocolantes e contar-te uma história de meninos/as que são de outra escola, eles não te conhecem nem tu a eles. Vamos começar?*”. Posto isto, dispomos os 10 autocolantes em fila, à frente da criança. Procedemos à sua contagem, pedindo ao participante que nos acompanhasse nessa contagem.

Foi depois explicado à criança que quando acabássemos de contar cada uma das histórias que ela podia, ou não, dar autocolantes ao menino(a) da história. Caso optasse por dar autocolantes ao/à menino/a deveria colocá-los no envelope que se apresentava à sua direita. Se pretendesse ficar com autocolantes para ele/a, estes deveriam ser colocados no envelope que se apresentava à esquerda. De seguida, foram colocadas simples questões (e.g., quantos autocolantes tens?; se quiseres dar autocolantes à criança da história, onde colocas?; onde colocas os teus autocolantes?) para nos certificarmos que a criança tinha compreendido a tarefa. Devido à existência de várias condições foi necessário recorrer à técnica de nome “*quadrado latino*”, usada em investigações com diversas condições, para determinar a ordem de apresentação de cada uma das histórias. Esta técnica consiste em alterar a ordem de apresentação das condições de forma aleatória (Malti et al., 2016). Para o efeito, criaram-se 8 disposições diferentes das 9 condições postuladas por esta versão do Jogo do Ditador. Cada história era apresentada acompanhada por uma imagem com uma criança da mesma idade e sexo da criança entrevistada.

Tabela 3

Instruções dadas em cada condição no Jogo do Ditador

Dimensão/Condição	Instrução
Neutro	Este/a menino/o tem 6/7 anos, como tu.
Moralmente merecedor	
Partilha	Este/a menino/a partilha as suas bolachas com a outra criança
Não Empurra	Este/a menino/a não empurra outras crianças
Moralmente não merecedor	
Não Partilha	Este/a menino/a não partilha as bolachas com outras crianças
Empurra	Este/a menino/a empurra outras crianças
Em Necessidade	
Poucos Brinquedos	Este/a menino/a tem poucos brinquedos
Triste	Este/a menino/a está triste
Sem Necessidade	
Com Muitos Brinquedos	Este/a menino/a tem muitos brinquedos
Contente	Este/a menino/a está contente

No final de cada condição foi dada a oportunidade ao participante de escolher entre dar ou não autocolantes à criança apresentada na história. De forma a evitar efeitos de desejabilidade social o experimentador, depois de contar cada uma das histórias à criança voltava-se de costas de forma a não ver se a criança partilhava ou não autocolantes, voltando-se para a mesma apenas quando ela verbalizava que já tinha terminado a tarefa, ou seja, efetuada a devida distribuição dos autocolantes pelos envelopes. No final da apresentação de todas as histórias à criança, foi-lhe perguntado o quanto é que ela tinha gostado do jogo: “*gostaste muito, mais ou menos ou um bocadinho?*”. De seguida, o investigador informou que o envelope com os autocolantes da criança seria entregue à professora titular e só no final do dia o poderia levar para casa. Desta forma evitou-se que outras crianças da mesma sala de aula, também participantes deste estudo, pudessem ver os autocolantes, podendo isso influenciar a sua participação na tarefa.

O instrumento apresentou boas propriedades psicométricas, verificando-se, no estudo original (Malti et al., 2016) os seguintes valores de consistência interna para cada uma das dimensões em estudo: moralmente merecedores ($\alpha=0.68$); moralmente não merecedores ($\alpha=0.75$); com necessidade ($\alpha=0.73$); sem necessidade ($\alpha=0.73$) (Malti et al. 2016). No presente estudo, a consistência interna das dimensões são as seguintes: moralmente merecedores ($\alpha = 0,71$); moralmente não merecedores ($\alpha = 0,92$); com necessidade ($\alpha = 0,51$); sem necessidade ($\alpha = 0,69$). O instrumento da partilha apresenta boa qualidade psicométrica sendo o *Alfa de Cronbach* ($\alpha = 0.62$) na escala total.

Medida aplicada aos pais: Escala de Florescimento Relacional (RFS)

Para avaliar a qualidade da relação conjugal foi aplicada a Escala de Florescimento Relacional (*Relationship Flourishing Scale – RFS*) desenvolvida por Fowers e colaboradores (2016) e traduzida para a versão portuguesa (Alves, Alves, Jesus & Gouveia, 2018) (Anexo A). Esta escala é composta por 4 dimensões: (a) Significado (*Meaning*), que engloba os itens 5, 9 e 11 (e.g., item 5. “*Quando tomo decisões importantes, eu penso se estas serão boas para a nossa relação*”); (b) Crescimento Pessoal (*Personal Growth*), constituída pelos itens 2, 3 e 7 (e.g., item 7. “*conversar como meu parceiro(a) ajuda-me a ver as coisas de novas maneiras*”); (c) Partilha de Objetivo (*Goal Sharing*), que engloba os itens 1, 6 e 10 (e.g., item 10. “*O meu parceiro mostra interesse nas coisas que são importantes para mim*”); e (c) Dádiva (*Relational Giving*), constituída pelos itens 4, 8 e 12 (e.g., item 4. “*Vale a pena partilhar os meus*

pensamentos mais pessoais com o meu parceiro(a)). As respostas são dadas numa escala tipo Likert de 1 a 5 em que 1 significa “nunca” e 5 “sempre” (Fowers et al. 2016).

A consistência interna da Escala de Florescimento Relacional, avaliada pelo Alfa de Cronbach, é considerada boa ($\alpha= 0,93$) (Fowers et al. 2016). No presente estudo o nível de consistência interna foi igualmente bom ($\alpha=0.92$ para a escala total; $\alpha = 0.915$ para o florescimento das mães; $\alpha =0.90$ para o florescimento dos pais). Para as diferentes dimensões os *Alfas de Cronbach* foram igualmente satisfatórios (Tabela 4).

Tabela 4

Alfa de Cronbach nas dimensões do florescimento relacional do pai e da mãe

	Pai	Mãe
	α de Cronbach	α de Cronbach
Significado	0.818	0.710
Crescimento pessoal	0.757	0.737
Partilha de objetivos	0.717	0.759
Dádiva	0.669	0.619

Procedimento

Num momento inicial foi feito o levantamento de diferentes instituições de ensino básico na área de Lisboa e arredores. Redigiu-se um email de apresentação, anexado com a carta de autorização (Anexo 1) para o diretor ou presidente da associação de pais (considerada uma entidade privada, mesmo que funcionando numa escola pública). Recebido o retorno do email, foi agendada uma reunião com o diretor juntamente com as educadoras das crianças com as idades pretendidas neste estudo, na qual foi apresentado o estudo, o seu objetivo, os procedimentos e as suas implicações para a dinâmica e rotina das atividades escolares. Nesta reunião procedeu-se ao preenchimento e assinatura do consentimento informado, foram esclarecidas dúvidas, e feito um levantamento de possíveis horários para a realização das entrevistas e a melhor forma de fazer chegar os consentimentos informados aos pais das crianças.

Posteriormente à obtenção das respectivas autorizações das instituições, foram entregues envelopes com o consentimento informado para os pais (Anexo 2), com o questionário sociodemográfico (Anexo 3) e a Escala de Florescimento Relacional (Anexo 4). O professor responsável de cada turma fez chegar aos pais os devidos envelopes e ainda foi enviado um email apelativo para a colaboração das crianças no estudo. Depois de reunidos os consentimentos informados escritos por parte dos encarregados de educação e os questionários devidamente preenchidos, procedeu-se ao agendamento junto da instituição para a aplicação da tarefa de partilha (o Jogo do Ditador). No dia de aplicação desta tarefa, as crianças foram chamadas uma a uma, a uma sala escolhida previamente pela professora para realização do jogo. As salas escolhidas para o efeito reuniam as condições necessárias, uma mesa e duas cadeiras, não se apresentavam num local de passagem e tinham um aspeto limpo e confortável, sem ruídos e interrupções. No final da concretização de cada tarefa a criança foi acompanhada até à sua respetiva sala de aula e chamou-se a criança seguinte.

Considerações éticas

O projeto no qual se insere o presente estudo foi aprovado pela Comissão de Ética do ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. A fim de preservar o anonimato dos participantes, às crianças foram atribuídas um número codificado. Após a recolha dos dados procedeu-se à posterior análise e tratamentos estatístico.

Resultados

A análise dos resultados realizou-se em diferentes etapas. Primeiramente, verificou-se a normalidade das variáveis, comportamento de partilha e florescimento relacional. De seguida, efetuou-se uma análise descritiva do Jogo do Ditador e do Florescimento Relacional. Para apurar possíveis diferenças no comportamento de partilha entre crianças de 6 e 7 anos, e entre meninos e meninas, recorreu-se à ANOVA (one-way). Por fim, foram calculadas correlações de *Pearson* para averiguar possíveis associações entre as várias dimensões do comportamento de partilha das crianças e o florescimento relacional percebido pelos pais. Para a respetiva análise estatística, recorreu-se ao *software* IBM SPSS 26.

Normalidade da variável do comportamento de partilha e do florescimento relacional

No intuito de verificar se as variáveis seguem distribuição normal, recorreu-se ao teste de Shapiro-Will, devido a amostra ser inferior a 50 participantes. A variável da partilha apresenta para todas as dimensões $p < 0.05$, não se verificando uma distribuição normal, contudo os valores de assimetria e curtose encontram-se entre os valores de referência para a normalidade ($|sk| < 3$; $|ku| < 7$) (Maroco, 2010).

A variável Florescimento Relacional do pai e da mãe, não segue distribuição normal ($p < 0.05$). Contudo, também esta variável assume valores de assimetria e curtose dentro dos valores aceitáveis, ($|sk| < 3$; $|ku| < 7$), considerando a normalidade da variável (Maroco, 2010).

Avaliada a normalidade e considerada a mesma, a análise estatística decorrerá recorrendo aos testes paramétricos.

Estatísticas descritivas das variáveis em estudo

Na Tabela 5, são apresentadas as estatísticas descritivas, referentes ao mínimo, máximo, média, desvio padrão, assimetria e curtose, do número de autocolantes partilhados pelas crianças nas diferentes histórias apresentadas no Jogo do Ditador e das pontuações obtidas pelos pais e pelas mães em cada uma das dimensões da escala do Florescimento Relacional.

Tabela 5

Estatística descritiva das histórias do Jogo do Ditador e das dimensões da Escala de Florescimento Relacional

	Min.	Max.	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Jogo do Ditador						
Neutro	0	10	6,30	2,80	0,162	-0,854
Poucos brinquedos	0	10	7,13	2,68	-0,540	-0,174
Triste	0	10	6,63	3,57	-0,778	-0,632
Com Brinquedos	0	10	4,87	3,29	0,126	-0,623
Contente	0	10	5,50	3,17	-0,077	-0,509
Empurra	0	10	1,63	2,76	2,118	4,143
Não Partilha	0	10	1,87	2,59	1,411	1,674
Não Empurra	0	10	6,07	3,00	-0,289	-0,185
Partilha	0	10	6.17	3.09	-0,294	-0,397
Florescimento Relacional						
Pai (n = 30)						
Significado	9.00	15.00	13.63	1.67	-1,413	1,416
Crescimento pessoal	10.00	15.00	13.47	1.68	-,762	-,728
Partilha de objetivos	10.00	15.00	13.60	1.59	-,997	-,050
Dádiva	12.00	15.00	13.77	1.14	-,264	-1,371
Mãe (n = 30)						
Significado	11.00	15.00	13.97	1.22	-1,039	,372
Crescimento pessoal	10.00	15.00	13.30	1.62	-,731	-,427
Partilha de objetivos	10.00	15.00	13.77	1.38	-1,062	,480

Dádiva	11.00	15.00	14.13	1.07	-1,355	1,462
---------------	-------	-------	-------	------	--------	-------

Relativamente ao comportamento de Partilha, o destinatário “neutro” (M = 6.30; DP = 2.80) é entendido como indicador do valor médio de autocolantes partilhados, em relação ao qual se pode avaliar quais os recipientes que foram mais favorecidos ou desfavorecidos. De acordo com os dados descritivos, de uma forma global, os destinatários “Não partilha” (M = 1.87; DP = 2.59) “Empurra” (M = 1.63; DP = 2.76), ou seja, os dois destinatários “Moralmente não merecedores, foram, em média, os mais penalizados em termos de partilha de autocolantes. Os destinatários “Sem brinquedos” (M = 7.13; DP = 2.68) e “Triste” (M = 6.63; DP = 3.57), ou seja, os destinatários “Em necessidade” foram os que, em média, receberam, mais autocolantes. Os destinatários “Contente” (M = 5.50; DP = 3.17), e “Com brinquedos” (M = 4.87; DP = 3.29), destinatários “Sem necessidade” receberam, em média, menos autocolantes do que o destinatário Neutro. Finalmente, os destinatários “Moralmente merecedores” que “Partilharam” (M = 6.17; DP = 3.09) e “Não empurraram” (M = 6,07; DP = 3,00) receberam, também em média, menos autocolantes do que o destinatário “Neutro”. Apesar destas diferenças serem observadas, a sua significância estatística será testada mais em baixo, análise necessária para compreender o significado destes dados.

Relativamente ao Florescimento Relacional, e ainda analisando apenas os dados descritivos, observa-se que a dimensão “Dádiva” (Pai: M = 13.77; DP = 1.14, Mãe: M = 14.13; DP = 1.07) foi a que registou o valor médio mais elevado, seguida das dimensões “Significado” (Pai: M = 13.63; DP = 1.67, Mãe: M = 13.97; DP = 1.22), “Partilha de objetivos”(Pai: M = 13.60; DP = 1.59, Mãe: M = 13.77; DP = 1.38) e “Crescimento pessoal” (Pai: M = 13.47; DP = 1.68, Mãe: M = 13.30; DP = 1.62) . As mães obtiveram, do ponto de vista médio, valores ligeiramente mais elevados do que os pais, em todas as dimensões exceto na de “Crescimento pessoal” na qual apresentaram valores mais baixos que os pais. Mais uma vez, estas diferenças assentam nos dados descritivos pelo que nada se pode dizer quando à sua significância estatística.

Dimensões do Jogo do Ditador

Seguindo o procedimento realizado por Malti et al. (2006) para análise dos resultados do Jogo do Ditador, procedeu-se à análise das correlações entre os pares de histórias de cada uma das dimensões (i.e., “Sem brinquedos” e “Triste” para a dimensão “Em necessidade”,

“Com brinquedos” e “Contente” para a dimensão “Sem necessidade”, “Não empurra” e “Partilha” para a dimensão “Moralmente merecedor” e “Empurra” e “Não Partilha para a dimensão “Moralmente não merecedor”, a fim de se prosseguir com a análise dos resultados em função dessas dimensões e não em função de cada uma das histórias individualmente. Os resultados confirmam correlações positivas e significativas em todas as dimensões: “*moralmente não merecedor*” ($r = 0,859$, $p = 0,01$); “*Moralmente merecedor*” ($r = 0,547$, $p = 0,002$); “*Sem Necessidade*” ($r = 0,524$, $p = 0,003$); “Com Necessidade” ($r = 0,360$, $p = 0,05$).

A fim de compreender de uma forma geral o comportamento de partilha das crianças em cada dimensão, é apresentado na Tabela 6 as estatísticas descritivas relativas a cada uma das 5 dimensões consideradas no jogo do ditador.

Tabela 6

Estatística descritiva das dimensões do Jogo do Ditador

	Min.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Neutro	0	10	6.30	2.80	0,162	-0,854
Moralmente merecedor	0.00	20.00	12.23	5.36	-0.134	0.300
Moralmente não merecedor	0.00	20.00	3.50	5.16	1.81	2.998
Com necessidade	3.00	20.00	13.77	5.19	-0.234	-0.986
Sem necessidade	0.00	20.00	10.37	5.65	0.145	0.049

A análise dos resultados descritivos relativos às dimensões do jogo do ditador revelam que a dimensão “Em necessidade” foi a mais favorecida pelos participantes ($M = 13,77$; $DP = 5,19$), e ainda a única condição onde se registou um mínimo de autocolantes alocados, 3 (comparativamente a todas as restantes dimensões nas quais se observaram o valor mínimo de 0 autocolantes partilhados).,A dimensão “Moralmente merecedor” foi aquela, depois da dimensão “Em necessidade”, na qual os participantes deram em média, mais autocolantes aos destinatários ($M = 12,23$; $DP = 5,36$; $M = 13,77$; $DP = 5,19$). A dimensão “Moralmente não merecedor” foi a dimensão na qual os participantes deram, em média, menos autocolantes aos

destinatários ($M = 3,50$; $DP = 5,16$), nomeadamente, a única dimensão em que os participantes deram, em média, menos autocolantes do que na condição “Neutro” ($M = 6,30$; $DP = 2,30$). Mais uma vez, a leitura dos dados feita com base nos dados descritivos carece de testes estatísticos que permitam avaliar a sua significância.

Dimensões do Jogo do Ditador em função do sexo e idade

Análises preliminares à variável sexo, realizada através de uma ANOVA (*one way*), permitiram verificar não existirem diferenças significativas na forma como as meninas e os meninos distribuem os seus recursos pelas dimensões da partilha: Moralmente Merecedor – $F(0,034) = 0,856$, $p > 0,05$; Moralmente Não Merecedor – $F(2,315) = 0,139$, $p > 0,05$; Com necessidade – $F(0,256) = 0,617$, $p > 0,05$; Sem Necessidade – $F(0,005) = 0,943$, $p > 0,05$. Desta forma, as análises seguintes não terão em consideração a variável sexo.

A Tabela 7 apresenta estatísticas descritivas dos autocolantes partilhados em cada uma das dimensões do Jogo do Ditador, em função das idades.

Tabela 7

Médias e desvios padrão do número de autocolantes partilhados no Jogo do Ditador consoante a idade

	Idade	
	6 (N=16)	7 (N=14)
	M(DP)	M(DP)
Neutro	6.31(2.60)	6.29(3.12)
Moralmente merecedores	11.44(5.09)	13.14(5.72)
Partilha	6.00(2.76)	6.36(3.54)
Não empurra	5.44(2.99)	6.79(2.97)
Moralmente não merecedores	4.63(6.33)	2.21(3.14)
Não partilha	2.38(3.07)	1.29(1.86)
Empurra	2.25(3.47)	0.93(1.44)

Com Necessidade	11.44(4.29)	16.43(4.96)
Triste	5.25(3.66)	8.21(2.83)
Poucos brinquedos	6.19(2.76)	8.21(2.22)
Sem Necessidade	9.69(6.06)	11.14(5.25)
Contente	4.94(3.28)	6.14(3.03)
Muitos brinquedos	4.75(2.95)	5.00(3.76)

Os resultados apresentados na Tabela 7 revelam que, para as dimensões “Moralmente merecedores” (6 anos: M = 11.44; DP = 5.09, 7 anos: M = 13.14; DP = 5.72), “Com necessidade” (6 anos: M = 11.44; DP = 4.29, 7 anos: M = 16.43; DP = 4.96) e “Sem necessidade” (6 anos: M = 9.69; DP = 6.06, 7anos: M = 11.14; DP = 5.25), as crianças de 7 anos apresentam médias mais elevadas na partilha dos seus recursos do que as crianças de 6 anos. Na dimensão “Moralmente não merecedores” as crianças de 6 anos apresentam médias mais elevadas do que as crianças de 7 anos (M = 4.63; DP = 6.33, para os 6 anos e M = 2.21; DP = 3.14, para os 7 anos). A fim de se responder ao primeiro e segundo objetivo do estudo (i.e., se o comportamento de partilha aumenta com a idade e se a o comportamento de partilha varia dos 6 para os 7 anos, em função das características do destinatário) realizou-se uma ANOVA (one-way).

A homogeneidade de variâncias foi confirmada pelo teste de Levene em todas as dimensões exceto na dimensão “moralmente não merecedor”, que foi, contudo, posteriormente verificada pelo teste de Welch e Brown-Forsythe ($p < 0,05$), pelo que se considerou estarem reunidas condições para realizar uma ANOVA (*one way*).

Realizada a ANOVA (*one way*), verificou-se apenas uma diferença significativa para a dimensão “Com necessidade” ($F(8,875) = 0,006$, $p < 0,05$). As crianças de 7 anos de idade doaram mais autocolantes que as crianças de 6 anos, quando as condições apresentadas se referiam a outras crianças que estivessem em necessidade, nomeadamente “Triste” e “Com Poucos Brinquedos”. Nas restantes dimensões, apesar de se verificar diferenças, estas não são significativas.

Associações entre o comportamento de partilha das crianças e o florescimento relacional dos progenitores

Para compreender se o florescimento relacional dos pais e o comportamento e partilha das crianças (terceiro objetivo deste estudo) estão associados, foram calculadas correlações de *Pearson* entre as diferentes dimensões do Jogo do Ditador e a escala do florescimento relacional do pai e da mãe.

Correlação entre as dimensões do Jogo do ditador e a escala do florescimento relacional da mãe

Na Tabela 8 estão registadas todas as correlações entre as dimensões da partilha no Jogo do Ditador e as dimensões relativas ao florescimento relacional da mãe, entre elas podemos observar as que se consideram positivas e significativas.

Tabela 8

Correlação entre as dimensões do florescimento relacional da Mãe e das dimensões do Jogo do Ditador

	Jogo do Ditador				
	Moralmente merecedor	Moralmente não merecedor	Em necessidade	Sem necessidade	Neutro
Significado	0.202	-1.178	0.179	0.057	0.276
Crescimento pessoal	0.213	0.002	0.115	-0.114	0.214
Partilha de objetivos	0.370*	-0.249	0.319	0.109	0.428*
Dádiva	0.401*	-0.075	0.383*	0.094	0.261

* Correlações significativos para $p < 0.05$

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 8, observaram-se correlações positivas e significativas entre a dimensão “Partilha de objetivos” da Escala de Florescimento Relacional e as condições “Moralmente merecedor” ($r = 0.370$, $p = 0.044$) e “Neutro” ($r = 0.428$, $p = 0.018$) do Jogo do Ditador. Assim como, entre a dimensão “Dádiva” do florescimento relacional e as condições “Moralmente merecedor” ($r = 0.401$, $p = 0,028$) e “Em necessidade” ($r = 0.383$, $p = 0,037$).

Correlação entre as dimensões da partilha e o florescimento relacional do pai

Na Tabela 9 são apresentadas as correlações entre as dimensões da partilha avaliadas através do Jogo do Ditador e as várias dimensões do florescimento relacional do pai. Como podemos observar na tabela em baixo, registou-se uma única correlação positiva significativa, entre a dimensão “Significado” da Escala de Florescimento Relacional aplicada ao pai e a dimensão “Em necessidade” do Jogo do Ditador ($r = 0.371$, $p = 0,043$).

Tabela 9

Correlação entre as dimensões da partilha e do florescimento relacional do Pai

	Jogo do Ditador				
	Moralmente merecedor	Moralmente não merecedor	Em necessidade	Sem necessidade	Neutro
Significado	0,356	-0,358	0,371*	0,238	0,304
Crescimento pessoal	0,356	-1,59	0,160	-0,121	0,255
Partilha de objetivos	0,266	-0,340	0,214	-0,060	0,345
Dádiva	0,219	-0,044	0,102	0,014	0,228

* Correlações significativos para $p < 0.05$

Discussão

O presente estudo teve como objetivo estudar se crianças de 6 anos partilham menos do que crianças de 7 anos, numa situação de partilha com um destinatário neutro, se crianças de 6 e 7 anos variam na forma como partilham recursos de acordo com características dos diferentes destinatários e, se características do contexto familiar, nomeadamente o florescimento relacional percebido pelo pai e pela mãe está associado ao comportamento de partilha nas crianças. Relativamente à idade, esperou-se inicialmente que o comportamento de partilha aumentasse com a mesma. Quanto à distribuição dos recursos pelos vários recipientes, esperou-se que as crianças de 7 anos partilhassem, quando comparadas com as crianças de 6 anos, mais recursos com os destinatários em condições de necessidade e moralmente merecedores e menos recursos com destinatários sem necessidade e moralmente não merecedores. Sobre o contexto familiar da criança, esperou-se que o florescimento relacional dos pais estivesse associado ao comportamento de partilha da criança. Desta forma, analisaremos os resultados encontrados.

Comportamento de partilha

Relativamente ao primeiro objetivo, na situação neutra, não se verificou um aumento de partilha de recursos dos 6, onde a média de autocolantes partilhados foi de 6,31 para os 7 anos, com uma média de 6,29. Este resultado pode estar associado ao facto da janela temporal ser demasiado pequena. Estes resultados não vão no sentido de estudos anteriores que referem que o comportamento de partilha nas crianças aumenta com a idade. Por exemplo, Blake e Rand (2010) concluiu que as crianças entre os 5 e 8 anos são mais propensas a partilhar do que a guardar para si, enquanto que as crianças com 3 anos agem de forma mais egoísta. Shaw e Olson (2012) demonstram também que neste intervalo de tempo, entre os 6 e os 8 anos, a partilha nas crianças é feita de forma mais igualitária. Os resultados inserem-se possivelmente no intervalo de tempo em que numa condição neutra, as crianças sejam mais propensas a partilhar de forma mais ou menos igualitária. Estudos futuros deverão abranger um tempo entre idades maior, dessa forma, podemos obter resultados mais consistentes e esclarecer a questão relativa ao aumento do comportamento de partilha ao longo da idade.

Quando se trata de características específicas dos destinatários, ao observarmos as médias, parece de facto que as crianças com 7 anos partilham em média mais recursos nas dimensões “moralmente merecedor”, “em necessidade” e “sem necessidade”, contudo ao recorrermos à respetiva análise, percebemos que apenas na dimensão “em necessidade” se

verifica um aumento de partilha das crianças de 7 anos em relação às crianças de 6 anos. Os resultados vão no mesmo sentido dos encontrados no estudo de Malti et al. (2016), relativamente à dimensão “em necessidade”, contudo, era expectável que a partilha dos autocolantes na dimensão “moralmente merecedor” fosse igualmente significativa para as crianças de 7 anos, tal facto não se verificou nos resultados deste estudo.

Além disso, o facto das crianças de 7 anos favorecerem mais os destinatários que se encontram em necessidade está de acordo com alguns comentários observados. Durante a aplicação da tarefa, que parecem indicar que aos 7 anos surge uma maior preocupação da criança pelo outro - Exemplo disto foram verbalizações de crianças de 7 anos como “*ela vai ficar feliz com estes autocolantes*” (quando o destinatário estava triste), “*ela deve estar triste porque só tem um brinquedo?*” (quando o destinatário só tinha um brinquedo). Estes resultados estão em consonância com os de outros estudos que indicam que o comportamento de partilha é influenciado pelas características do destinatário (Malti et al., 2016), nomeadamente quando o mesmo se encontra em necessidade. Os resultados sugerem que as crianças são sensíveis as características do outro. Neste estudo não foi explorado qual a razão que leva uma criança a partilhar os seus autocolantes. O que estará por detrás de sua decisão? Tendo como exemplo, Malti e Keller (2010), decidiram avaliar o raciocínio por detrás da decisão de partilha, e perceberam que aos 3 anos, algumas crianças conseguiram elaborar justificações e outras tiveram mais dificuldade. O presente estudo, foi realizado com crianças mais velhas, de 6 e 7 anos, com maior capacidade de elaboração de repostas. Desta forma, e para os resultados não assentarem em especulações, é importante investir mais em estudos no comportamento de partilha das crianças procurando questionar qual a razão pela qual elas partilharam ou não os seus recursos com personagens hipotéticos.

Ainda nesta linha de pensamento, era expectável que as crianças de 7 anos partilhassem significativamente menos na condição “moralmente não merecedores” o que não também não se verificou, contudo, considerando a dimensão “Neutra” como valor de referência, de facto a as condições em que o destinatário empurrava outra criança ou que tendo recursos alimentares não partilhava com outra criança, foram as mais penalizadas. Apesar de se registar uma diferença significativa, as crianças de 7 anos deram em média 2,21 e as crianças de 6 anos partilharam em média 4,63. Os resultados apresentados são concordantes com outros estudos como Malti et al. (2016) que utilizaram a mesma metodologia do Jogo Do Ditador em idades entre os 4 e 8 anos, contudo as diferenças foram significativas.

Uma possível explicação para a inexistência de diferenças significativas foi o facto de que nas condições “empurra” e “não partilha” (i.e., dimensão moralmente não merecedor), as crianças procuravam partilhar os seus autocolantes não com a criança da história, mas sim com a criança prejudicada. Este comportamento sugere uma atitude empática para com a outra criança da história, o que vai no sentido de resultados de outros estudos (Malti et al., 2016; Ongley e Malti, 2013), contudo não avaliado no presente estudo. Ainda assim, podemos também considerar estes resultados à luz dos achados por Kenward e Dahl (2011) que realizaram um estudo com crianças pequenas onde era apresentada uma história com marionetes e posteriormente, as crianças eram convidadas a partilhar os seus recursos (e.g. bolachas). Os resultados demonstraram que as crianças de 5 anos penalizaram mais os destinatários que se comportaram de forma violenta e nada altruísta em comparação com os destinatários altruístas e não violentos. Edele, Dziobek & Keller (2013) referem sobre este potencial do Jogo do Ditador, para compreender de que forma as crianças são sensíveis à justiça e moralidade na relação com o outro. Parece que em algumas crianças, a decisão oscilou entre penalizar o destinatário moralmente não merecedor e ser empático com a outra criança da história, esta, mais desfavorecida.

Os resultados permitem-nos refletir sobre o que terá influenciado a tomada de decisão para partilhar ou não autocolantes com a criança da história. Podemos entender os resultados do ponto de vista da justiça distributiva proposta por Damon (1975), as crianças do presente estudo parecem apresentar noções de merecimento, doando mais autocolantes a quem eles identificam como merecedores, este nível é designado de 1B (dos 6 aos 9 anos). Os resultados apontam ainda para os princípios de equidade e igualdade (Nisan, 1984) e necessidade (Dell’Aglia, 1992), contudo neste caso em específico, os resultados refletem que o princípio da necessidade foi o mais salientado, na medida em que nas duas condições, com poucos brinquedos e triste, as crianças parecem ter baseado a sua decisão de partilhar ou não, na necessidade dos destinatários e favorecido significativamente os mesmos.

Apesar de não se ter conceptualizado como objetivo as diferenças entre géneros no comportamento de partilha, apresentámos anteriormente como varia o mesmo de acordo com o género. E, havendo inconsistências na literatura, achamos pertinente discutir os resultados encontrados. Os resultados do presente estudo demonstram não haver diferenças significativas na doação de recursos entre os rapazes e as raparigas. Os resultados vão no sentido de outros estudos (e.g. Handlon & Gross, 1959), nomeadamente Beneson et al. (2007) que refere que

ambos os géneros partilham de forma igualitária. Contudo, mais estudos nesta área são necessários pois a literatura continua a revelar inconsistências. Os resultados de Gummerum et al. (2010) apontam para as meninas partilharem recursos do que os rapazes. Mais tarde, Malti et al. (2012), verifica que existem de facto diferenças no comportamento de partilha, sendo as meninas que partilham mais do que os rapazes, contudo, aos 9 anos, essa diferença desaparece.

Algumas explicações têm sido elaboradas no sentido de perceber estas diferenças, como por exemplo, numa perspetiva evolutiva, as raparigas tendem a exibir comportamentos mais altruístas destinatários anónimos, evitando assim possíveis conflitos (Trivers, 1971). Contudo, na metodologia utilizada, e apesar dos destinatários serem desconhecidos, os participantes não tinham qualquer interação com os mesmos, não sendo passível de haver conflitos. Talvez este facto possa ter contribuído para que não houvesse diferenças significativas. Para além disso, de acordo com a perspetiva social (Eisenberg e Fabes, 1998), o comportamento de partilha, em especial nas raparigas pode ser um comportamento espetável na socialização, os pais ou cuidadores são mais propensos a fomentar comportamentos altruístas nas meninas do que nos rapazes (Beneson et al., 2007; Hastings et al., 2007).

Florescimento relacional dos pais e comportamento de partilha das crianças

Quanto ao florescimento relacional percecionado pelos pais, os resultados demonstram poucas correlações significativas. Contudo, é pertinente analisarmos os dados obtidos, numa tentativa de compreender se é possível inferir uma associação direta entre o florescimento relacional e o comportamento de partilha das crianças. Quanto ao florescimento do pai, a dimensão “Significado” surge correlacionada positivamente com a dimensão “Em necessidade” avaliada no comportamento de partilha. A dimensão “Significado” é considerada o elemento nuclear do bem-estar psicológico ou Eudemonia, uma vez que o mesmo contribui não só para o florescimento individual como também relacional. Estudos indicam que o florescimento melhora as práticas parentais, nomeadamente a disponibilidade do pai para com os filhos. Podemos sugerir uma associação ainda que muito ténue de que os pais estando mais disponíveis, aumentam a sua atenção para as necessidades dos filhos. No florescimento relacional da mãe não se verificou uma correlação igual à do pai, ou seja, a dimensão “significado” não está correlacionada com a dimensão “em necessidade” do comportamento de partilha, uma possível explicação pode ser talvez porque na sociedade, as mães ainda assumem o papel principal de cuidadoras e disponibilidade constante (Martins, Abreu, & Figueiredo, 2014) as mães estão mais atentas às necessidades dos filhos naturalmente.

Florescimento relacional das mães e comportamento de partilha das crianças

Quanto aos resultados do florescimento relacional da mãe, a dimensão “partilha de objetivos” correlacionou-se positivamente com as dimensões “Moralmente Merecedor” e “Neutro”. No relacionamento conjugal, existem objetivos comuns, mas também individuais, e a capacidade de os casais alcançarem ambos os objetivos com o apoio muto, contribui para o florescimento relacional (Fowers et al., 2016). Desta forma, podemos pensar que quanto mais os pais estiverem envolvidos na partilha de objetivos, de se ajudarem mutuamente, e neste sentido conversarem sobre que metas desejam alcançar juntos, mais as crianças adquirem conhecimento emocional e tendem a exibir comportamentos de partilha com outros em necessidade e desenvolvem comportamentos de aprovação e partilha para com os destinatários moralmente merecedores. Desta forma, os pais desempenham um papel importante no desenvolvimento das competências emocionais da criança (Rebelo, Verissimo, Maló-Machado & Filipa Silva, 2013).

A dimensão “Dádiva” no florescimento relacional da mãe, correlacionou-se de forma significativa com as dimensões “Moralmente Merecedor” e “Em Necessidade”. Esta correlação sugere que quanto mais as mães priorizam os pais e a relação, bem como procuram contribuir para o bem do outro, a criança partilha mais com os destinatários que revelam necessidade e age de forma moralmente aceitável. De acordo com Fowers et al. (2016), a dimensão “Dádiva” assenta na priorização do outro, não como sacrifício, mas como algo genuíno onde não se espera nada em troca. O Jogo do Ditador reflete este aspeto, as crianças sabem que não receberão nada em troca, mas, partilhando perderam recursos que poderiam ser seus, ainda assim, elas partilham com os destinatários que não empurram, que partilham os seus recursos com outros (e.g., destinatário que partilha as suas bolachas com outra criança), que estão tristes ou têm poucos brinquedos.

Uma das explicações passíveis de ser considerada para as relações encontradas entre a variável do relacionamento dos pais e comportamento de partilha das crianças é o mecanismo de modelagem. Através deste, as crianças, observando os pais ou cuidadores nas suas interações, tendem a imitar os seus comportamentos (Bandura, 1973; Grych & Fincham, 1990; Hastings et al., 2007). Belsky (1981) referiu que as crianças aprendem muito sobre relacionamentos interpessoais observando os seus pais. Johnson e O’Leary (1987) verificaram nos seus estudos que as meninas que apresentaram transtornos de conduta tinham mães mais hostis e agressivas do que as meninas que não apresentavam os mesmos transtornos. Outro

estudo demonstra que crianças vítimas de violência doméstica adotavam comportamentos mais agressivos como estratégias de resolução de conflitos com os colegas. O padrão familiar agressivo de alguma forma modelava as interações no meio social (Lisboa et al., 2002).

Apesar de haver algumas correlações neste estudo, os resultados não nos permitem inferir que de facto quanto mais elevado for o florescimento relacional, maior é o comportamento de partilha nas crianças. Os resultados sugerem que o florescimento relacional não impacta de forma direta o comportamento de partilha nas crianças, contudo, de acordo com a revisão é possível especular e revela-se pertinente investigar outras variáveis que poderão se encontrar entre o florescimento relacional dos pais e o comportamento de partilha nas crianças, nomeadamente, os estilos parentais, praticas parentais, os valores dos pais e das crianças, a empatia, a simpatia. Desta forma podemos aprofundar o conhecimento no desenvolvimento do comportamento de partilha nas crianças.

Limitações

Uma das limitações que o estudo apresenta é sem dúvida a amostra ser reduzida (n=30). Para se compreender melhor o desenvolvimento do comportamento de partilha, seria necessária uma amostra mais composta para conseguirmos resultados mais consistentes.

Apesar de os autocolantes serem considerados um recurso valioso para crianças de 6 e 7 anos, os mesmos foram distribuídos aleatoriamente pelos participantes. Os autocolantes apresentavam diversas cores, amarelo, cor de rosa, azul, verde e vermelho. Beneson et al (2007) apresentaram 30 autocolantes aos participantes e desses, eles escolhiam os seus preferidos. No presente estudo, uma vez que foi feita uma distribuição aleatória, alguns participantes podem ter doado aqueles autocolantes que não gostavam tanto, desta forma influenciando a tomada de decisão no comportamento de partilha. Percebemos que é uma limitação quando a criança verbaliza “vou dar os azuis porque não gosto de azul”. Em estudos futuros seria interessante deixar a criança escolher os seus autocolantes preferidos, desta forma podemos avaliar melhor o comportamento de partilha e estar seguros de que os recursos são de facto valiosos para a mesma.

Apesar das limitações existentes, o estudo contribui para aprofundar o conhecimento sobre o comportamento de partilha numa amostra de crianças portuguesas e, sem dúvida, promove o desejo que continuar a investir no conhecimento da psicologia do desenvolvimento, na área do comportamento pro social.

Futuros estudos

No presente estudo, foi notório, em algumas situações que a instrução dada às crianças nas situações de moralmente não merecedor (e.g. criança que empurra a menina; criança que não partilha) não foram bem entendidas pelas mesmas. O participante quando ouvia a instrução não assumia que a partilha deveria se feita com a criança que não partilhava ou empurrava, mas assumiu a “dor” da criança que não recebeu bolachas e que tinha sido empurrada, querendo partilhar com essa. Detetada a situação, foi dada a enfase que a partilha deveria ser ou não feita com a criança que “empurrou” ou que “não partilhou”. As instruções deverão ser revisitadas e melhoradas, para não induzir em erro a criança e comprometer resultados.

O facto da experiência presente ser realizada em contexto laboratorial pode não demonstrar o desenrolar real do comportamento de partilha nas crianças, ainda que a partilha implique custos evidentes para a mesma (Fehr et al.2008). Na verdade, os destinatários são crianças anónimas e as histórias hipotéticas, o que não acontece nas experiências do dia a dia das crianças, contudo as características dos destinatários podem ser encontradas nas várias situações da vida real. Desta forma, fica comprometida a validade ecológica do estudo, sendo por isso interessantes pensar-se num estudo em contexto natural, e comparar com os resultados que outros estudos não naturalistas evidenciem.

Uma outra limitação deve-se ao facto deste estudo ser transversal, o que pode tornar difícil a compreensão das trajetórias do desenvolvimento do comportamento de partilha nas crianças ao longo do tempo. Esta matéria carece de mais estudos longitudinais, nomeadamente, estudo que avaliem o florescimento relacional dos pais e comportamento de partilha das crianças ao longo do ciclo de vida. Contudo, estudos transversais como Benenson e colaboradores (2007) e longitudinais em Malti e colaboradores (2012), demonstram resultados semelhantes aos encontrados no presente estudo.

Implicações na prática

Sabendo que os aspetos positivos da relação conjugal podem afetar o desenvolvimento da criança, promovendo a sua adaptação psicológica, emocional e psicológico (Vaez, Indran, Abdollahi, Juhari, & Mansor, 2015), parece revelante que seja tido em consideração o trabalho com os pais, ou a família, recorrendo a uma abordagem sistémica. Havendo um florescimento relacional, a família apresenta grandes possibilidades de também ela florescer, bem como cada elemento individual que a compõem. Com a devida análise, o florescimento individual impacta

a saúde, os relacionamentos, que por sua vez afeta de forma positiva a saúde mental do casal e impacta a o desenvolvimento da criança, cria laços mais forte, vinculação segura, maior probabilidade de exibir comportamentos pro sociais, bem-estar físico e psicológico. Desta forma, o trabalho com os pais, professores, e outros cuidadores deverá ser considerado, tanto na prevenção como na intervenção. As crianças terem pais disponíveis, com praticas parentais adequadas, e estilos parentais que promovam o seu bom desenvolvimento. Um outro aspeto a ser considerado é o estudo do próprio florescimento da criança e se apresenta alguma associação com o comportamento de partilha e de que forma.

Conclusão

Apesar da amostra do estudo ser pequena, foi possível apurar que de facto o comportamento de partilha aumenta com a idade, mas no caso deste estudo, apenas de verificou na dimensão “em necessidade”. O comportamento de partilha parece estar associado a pistas contextuais como as características dos destinatários. O estudo dos aspetos positivos do relacionamento conjugal em muito pode ajudar a compreender os impactos no desenvolvimento da criança. Apesar de não se concluir uma associação direta entre o florescimento relacional e o comportamento de partilha, podemos sugerir que o florescimento influencia determinadas áreas que por sua vez impactam o comportamento de partilha nas crianças.

O estudo do comportamento pro social, nomeadamente, o comportamento de partilha ainda carece de mais pesquisa, de mais atualização. Como varia o comportamento de partilha nas várias configurações de famílias, nas crianças mais desfavorecidas, nas crianças adotadas? que outros fatores poderão estar subjacentes que ainda desconhecemos?

Referências

- Aranguren, I., & Bertella, M. A. (2016). La influencia de los estilos parentales en el desarrollo de las conductas prosociales en los niños. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 62(4), 270–278.
- Azevedo, T. L., CIA, F. & Spinazola, C. C. (2019). Correlação entre o relacionamento conjugal, rotina familiar, suporte social, necessidades e qualidade de vida de pais e mães de crianças com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(2), 205-218.
- Bandura, A., & Walters, R. H. (1963). Social learning and personality development. Holt Rinehart and Winston: New York.
- Batson, C. D. (1998). Altruism and prosocial behavior. In Gilbert, D., Fiske, S., & Lindzey, G. (Eds.). *The handbook of social psychology* (pp. 282-316). Boston: McGraw-Hill.
- Beach, S. R., Arias, I., & O'Leary, K. D. (1986). The relationship of marital satisfaction and social support to depressive symptomatology. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 8(4), 305–316. <https://doi.org/10.1007/BF00960728>
- Benish-Weisman, M., Daniel, E. & Sneddon, J. L. (2019). The relations between values and prosocial behavior among children: The moderating role of age. *Personality and Individual Differences* 141, 241–247.
- Beneson, J., Pascoe, J., & Radmore, N. (2007). Children's altruistic behavior in the dictator game. *Evolution and Human Behavior*, 28, 168-175.
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200012>
- Bettinger, E. & Slonim, R. (2006). Using experimental economics to measure the effects of a natural educational experimente on altruism. *Journal of Public Economics*, 90(8-9), 1625-1648.
- Belsky, J. (1981). Early human experience: A family perspective. *Developmental Psychology*, 17(1), 3–23. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.17.1.3>
- Blake, P., & Rand, D. (2010). Currency value moderates equity preference among young children. *Evolution and Human Behavior*, 31, 210-218.

- Bolier, L., Haverman, M., Westerhof, G. J., Riper, H., Smit, F. & Bohlmeijer, E. (2013). Positive psychology interventions: a meta-analysis of randomized controlled studies. *BMC Public Health* 13(119), 1-20. Doi: 10.1186/1471-2458-13-119
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss: Separation, anxiety, and anger*. New York: Basic Books.
- Brownell, C. A., Iesue, S. S., Nichols, S. R. & Svetlova, M. (2013). Mine or Yours? Development of Sharing in Toddlers in Relation to Ownership Understanding. *Child Development* 84(3), 906–920.
- Calbo, A. S., Busnello, F. Rigoli, M. M., Schaefer, L. S. & Kristensen, C. H. (2009). Bullying na escola: comportamento agressivo, vitimização e conduta pró-social entre pares. *Contextos Clínicos* 2(2), 73-80.
- Carpendale, J. I. & Lewis, C. (2004). Constructing an understanding of mind: The development of children's social understanding within social interaction *Behavioral and Brain Sciences* 27, 79–151.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C. & Papp, L. M. (2016). Couple Conflict, children and families. In Booth, A., Crouter, A. C., Clements, M. L. & Boone-Hollday. *Couples in Conflict*. New York: Routledge.
- Chen, M. K. (2013). The Effect of language on economic behavior: Evidence from savings rates, health behaviors, and retirement assets. *American Economic Review* 103(2), 690-731.
- Chen, Y., Zhu, L. & Chen, Z. (2013). Family income affects children's altruistic behavior in the dictator game. *Plos One*, 8(11), 1-8. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0080419>
- Chida, Y. & Septoe, A. (2008). Positive psychological well-being and mortality: a quantitative review of prospective observational studies. *Psychosomatic Medicine* 70(7), 741-756. Doi: 10.1097/PSY.0b013e31818105ba
- Dell'Aglio, D. D. (1992). *A utilização dos princípios de igualdade e equidade em crianças e adolescentes: Um estudo evolutivo de justiça distributiva*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS

- Damon, W. (1975). Early conceptions of positive justice as related to the development of logical operations. *Child Development*, 46(2), 301–312.
- Davidov, M., Zahn-Waxler, C., Roth-Hanania, R. & Knafo, A. (2013). Concern for others in the first year of life: theory, evidence, and avenues for research. *Child Development Perspectives*, 7, 126–131.
- Davidov, M., Vaish, A., Knafo-Noam, A & Hastings, P. D. (2016). The motivational foundations of prosocial behavior from a developmental perspective – evolutionary roots and key psychological mechanisms: Introduction to the special section. *Child Development*, 87(6), 1655-1667.
- Dunfield, K., Kuhlmeier, V. A., O’Connell, L. & Kelley, E. (2011). Examining the diversity of prosocial behavior: helping, sharing and comforting in infancy. *Infancy*, 16(3), 227-247.
- Eckel, C. C. & Grossman, P. J. (1996). Altruism in anonymous dictator games. *Games and economic behavior*, 16(2), 181-191.
- Edele, A., Dziobek, I., & Keller, M. (2013). Explaining altruistic sharing in the dictator game: The role of affective empathy, cognitive empathy, and justice sensitivity. *Learning and Individual Differences*, 24, 96–102. <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2012.12.020>
- Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (1998). Prosocial Development. In Damon, W. & Eisenberg, N. (Ed.), *Handbook of Child Psychology: social, emotional and personality development* (p. 701-778). New York, NY: John Wiley & Sons
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., & Spinrad, T. L. (2006). Prosocial Development. In Eisenberg, N., Damon, W., & Lerner, R. M. (Eds.), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (pp. 646–718). New York: John Wiley & Sons Inc.
- Eisenberg, N., & Mussen, P. H. (1989). *Cambridge studies in social and emotional development: The roots of prosocial behavior in children*. England: Cambridge University Press. Doi: 10.1017/CBO9780511571121.
- Eisenberg, N., Spinrad, T. L., & Knafo-Noam, A. (2015). Prosocial development. In Lamb, M. & Lerner, R. M. (Eds.), *Handbook of child psychology and developmental science: Socioemotional processes* (p. 610–656). New York: John Wiley & Sons Inc.

- Eisenberg, N., Lennon, R., & Roth, K. (1983). Prosocial development: A longitudinal study. *Developmental Psychology*, 19(6), 846–855. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.19.6.846>
- Eisenberg, N., Pasternack, J. F., Cameron, E & Tyron, K. (1984). The relation of quantity and mode of prosocial behavior to moral cognitions and social style. *Child development* 55(4), 1479-1485.
- Eisenberg, N., Spinrad, T. L., & Sadovsky, A. (2006). *Empathy-related responding in children*. In Killen, M. & Smetana, J. G. (Eds.), *Handbook of moral development* (p. 517–549). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Fincham, F. D. & Beach, S. R. (2010). Of memes and marriage: Toward a positive relationship science. *Journal of Family Theory & Review*, 2, 4-24.
- Fehr, E., Bernhard, H., & Rockenbach, B. (2008). Egalitarianism in young children. *Nature*, 454, 1079-1083.
- Fehr, E., Glätzle-Rützle, D. & Sutter, M. (2013). The development of egalitarianism, altruism, spite and parochialism in childhood and adolescence. *European Economic Review* 64, 369-383.
- Fowers, B., Penfield, R., Owenz, M., Laurenceau, J., Cohen, L, Lang, S. & Pasipandoya, E. (2016). Enhancing relationship quality measurement: the development of the relationship scale. *Journal of Family Psychology*, 30(8), 997-1007.
- Grant, F., Guille, C. & Sem, S. (2013). Well-being and the risk of depression under stress. *PLoS one*, 8(7). Doi: 10.1371/journal.pone.0067395
- Grusec, J. E. & Davidov, M. (2010). Integrating different perspectives on socialization theory and research: A Domain-specific approach. *Child Development* 81(3), 687-709.
- Grych, J. & Fincham, F. (1990). Marital conflict and children's adjustment: a cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin* 108(2), 267-290. DOI: 10.1037/0033-2909.108.2.267
- Gummerum, M., Hanoch, Y., & Keller, M. (2008). When child development meets economic game theory: an interdisciplinary approach to investigating social development. *Human Development*, 51(4), 235–261. Doi: 10.1159/000151494

- Gummerum, M., Hanoch, Y., Keller, M., Parsons, K., & Hummel, A. (2010). Preschoolers' allocations in the dictator game: the role of moral emotions. *Journal of Economic Psychology*, 31(1), 25–34. Doi:10.1016/j.joep.2009.09.002
- Gummerum, M., Keller, M., Takezawa, M. & Mata, J. (2008). To give or not to give: Children's and adolescents sharing and moral negotiations in economic decision situation. *Child Development* 79(3), 562-572. Doi: 10.1111/j.1467-8624.2008.01143.x
- Hastings, P., Utendale, W., & Sullivan, C. (2007). The socialization of prosocial development. In Grusec, J. & Hastings, P. (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and Research*. Canada: John Wiley & Sons, Inc.
- Handlon, B. J., & Gross, P. (1959). The development of sharing behavior. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 59(3), 425–428. <https://doi.org/10.1037/h0040555>
- Hay, D. (1994). Prosocial Development. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 35(1), 29 - 71.
- Hoffman, E., McCabe, K. & Smith, V. L. (1996). Social distance and other regarding behavior in dictator games. *American Economic Review* LXXXVI(3), 653-660.
- Holt-Lunstad J, Birmingham W. & Jones B. Q. (2008). Is there something unique about marriage? The relative impact of marital status, relationship quality, and network social support on ambulatory blood pressure and mental health. *Annals of Behavioral Medicine*, 35(2), 239-44. doi: 10.1007/s12160-008-9018-y
- Huppert, F. A., So, T. T. C. Flourishing across europe: application of a new conceptual framework for defining well-being. *Social Indicator Research*, 110, 837–861. <https://doi.org/10.1007/s11205-011-9966-7>
- Huppert, F. (2009). Psychological well-being: evidence regarding its causes and consequences. *Health and Well-Being*, 1(2), 137-164.
- Huta, V. (2012). Linking peoples' pursuit of eudaimonia and hedonia with characteristics of their parents: Parenting styles, verbally endorsed values, and role modeling. *Journal of Happiness Studies*, 13, 47-61.

- Huta, V. (2013). Eudaimonia. In David, S., Boniwell, I. & Ayers, A. C. (Eds.), *Oxford Handbook of Happiness* (pp. 201-213). Oxford: Oxford University Press.
- Huta, V. (2013b). Pursuing eudaimonia versus hedonia: Distinctions, similarities, and relationships. In Waterman, A. (Ed.). *The best within us: Positive psychology perspectives on eudaimonic functioning* (pp. 139-158). APA Books.
- Huta, V. & Ryan, R. (2010). Pursuing pleasure or virtue: the differential and overlapping well-being benefits of hedonic and eudaimonic motives. *Journal of Happiness Studies* 11, 735-762.
- Johnson, S. R., Seidenfeld, A., Izard, C. E. & Kobak, R. (2013). Can classroom emotional support enhance prosocial development among children with depressed caregivers? *Early Childhood Research Quarterly*, 28(2), 282-290.
- Johnson, P. L., & O'Leary, K. D. (1987). Parental behavior patterns and conduct disorders in girls. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 15(4), 573-581. <https://doi.org/10.1007/BF00917242>
- Kahneman, D., Diener, E. & Schwarz, N. (1999). *Well-Being: foundations of hedonic psychology*. New York: Russel Sage Foundation.
- Kenward, B. & Dahl, M. (2011). Preschoolers distribute scarce resources according to the moral valence of recipients' previous actions. *Developmental Psychology*, 47(4), 1054-1064. Doi: 10.1037/a0023869
- Kienbaum J. & Wilkening, F. (2009). Children's and adolescents' intuitive judgements about distributive justice: Integrating need, effort, and luck. *European Journal of Developmental Psychology* 6(4), 481-498.
- Knafo, A., & Plomin, R. (2006). Parental discipline and affection and children's prosocial behavior: genetic and environmental links. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(1), 147-164. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.90.1.147>
- Knafo A. & Uzefovsky F. (2013). Variation in empathy: the interplay of genetic and environmental factors. In Legerstee, M., Haley, M. D. W. & Bornstein, M. H. *The infant mind: origins of the social brain* (pp. 97-122). New York: Guilford.

- Koller, S. H., & Bernardes, N. M. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 223-262.
- Korenock, O., Millner, E. L. & Razziolini, L. (2013). Taking, giving, and impure altruism in dictator games. *Experimental Economics* 17(3), 1-19.
- Krevans, J., & Gibbs, J. C. (1996). Parents' use of inductive discipline: relations to children's empathy and prosocial behavior. *Child Development*, 67(6), 3263–3277. <https://doi.org/10.2307/1131778>
- Lasota, A. (2018). The relationship between parenting styles and prosocial/antisocial behavior of adolescents. Conference: 18th European Conference on Developmental Psychology, Utrecht, Netherlands. Doi: 10.13140/RG.2.2.16669.82404
- Leeds, R. (1963). Altruism and the norm of giving. *Merrill-Palmer Quarterly of Behavior and Development*, 9(3), 229-240.
- Leman, P., Keller, M., Takezawa, M. & Gummerum, M. (2008). Children's and adolescents decisions about sharing money with others. *Social Development* 18(3), 711-727.
- Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P. & Marchi, R. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 345-362.
- Lucas-Thompson, R., & Clarke-Stewart, K. A. (2007). Forecasting friendship: how marital quality, maternal mood, and attachment security are linked to children's peer relationships. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 28(5-6), 499–514. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2007.06.004>
- Malti, T., Gummerum, M., Keller, M., Chaparro, M. P., & Buchmann, M. (2012). Early sympathy and social acceptance predict the development of sharing in children. *Plos One*, 7(12), 1-7. Doi: 10.1371/journal.pone.0052017
- Malti, T., & Dys, S. P. (2017). From being nice to being kind: development of prosocial behaviors. *Current Opinion in Psychology*, 20, 45-49.

- Malti, T., Dys, S. P., & Zuffianò, A. (2015). The moral foundations of prosocial behavior. *In* Tremblay, R., Boivin, M., Pedters, R., & Knafo-Noam, A. (Eds.), *Encyclopedia on early childhood development*. Montréal: Centre of Excellence for Early Childhood Development.
- Malti, T., Gummerun, M., Ongley, S., Chaparro, M., Nola, M., & Bae, Y. (2016). “Who is worthy of my generosity?”: recipient characteristics and the development of children’s sharing. *International Journal of Behavioral Development*, 40(1), 31–40.
- Malti, T. & Keller, M. (2010). Development of moral emotions in cultural context. *In* Arsenio, W. & Lemerise, E. (Eds). *Emotion, aggression, and morality in children: Bridging development and psychopathology* (pp. 177-198). Washington: American Psychological Association.
- Maner, J. K., & Gailliot, M. T. (2007). Altruism and egoism: prosocial motivations for helping depend on relationship context. *European Journal of Social Psychology*, 37(2), 347-358.
- Martins, C. A., Abreu, W. J. & Figueiredo, M. C. (2014). Tornar-se pai e mãe: um papel socialmente construído. *Revista de Enfermagem Referência*, 2, 121-131.
- McCoy, K., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children’s prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(3), 270–279.
- Mosmann, C., Wagner, A. & Sarriera, J. (2008). A qualidade conjugal como preditora dos estilos educativos parentais: o perfil discriminante de casais com filhos adolescentes. *Psicologia*, 22(2), 161-182.
- Motta, M. G., Lucion, A. B. & Manfro, G. G. (2005). Efeitos da depressão materna no desenvolvimento neurobiológico e psicológico da criança. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 27(2), 165-176. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082005000200007>
- Narciso, I. & Costa, M. E. (1996). Amores perfeitos, mas não perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica* 12, 115-130.
- Neves, A., & Duarte, C. (2015). Sintomas depressivos, resolução de conflitos e satisfação conjugal em indivíduos num relacionamento. *Psicologia, Saúde e Doença, Lisboa* 16(3), 331 – 344.

- Nisan, M. (1984). Distributive justice and social norms. *Child Development*, 55, 1020-2029.
- Ongley, S., & Malti, T. (2014). The role of moral emotions in the development of children's sharing behavior. *Developmental Psychology*, 50, 1148-1159.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. New York: Free Press.
- Proulx, C. M., Helms, H. M. & Buehler, C. (2007). The university of north carolina at Greensboro* marital quality and personal well-being: a meta-Analysis. *Journal of Marriage and Family* 69, 576–593.
- Rochat P, Dias, M. D., Liping, G., Broesch, T., Passos-Ferreira, C., Winning, A. & Berg, B. (2009). Fairness in distributive justice by 3-and 5-year-olds across seven cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology* 40(3), 416-442.
- Rust, J., Bennun, I., Crowe, M. & Golombok, S. (1988). The golombok rust inventory of marital state. *Windsor, NFER-NELSON*, 27.
- Saleem, M. & Anwar, M. T. J. (2019). Impact pf parenting styles on prosocial behavior of university students: mediating role of empathy. Conference: *2nd International Conference on teaching and learning* – Department of Education.
- Schotanus-Dijkstra, M, Klooster, P. M, Drossaert, C. H. C., Pieterse, M. E., Bolier, L., Walburg, J. A. & Bohlmeijer, E. T. (2016). Validation of the Flourishing scale in a sample of people with subotimal levels of mental well-being. *BMC Psychology* 4(12). <https://doi.org/10.1186/s40359-016-0116-5>
- Seligman, M. E. P. (2011). *Flourish: A visionary new understanding of happiness and well-being*. Free Press
- Seligman, M. P. & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive Psychology: an introduction. *American Psychologist* 55(1), 5-14.
- Silva, S. A., Pires, A. P., & Gouveia, M. J. (2015). Toxicodependência e maternidade: uma revisão de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 83-100.
- Silva, I. T. & Gonçalves, C. M. (2016). Os efeitos do divórcio na criança. *Psicologia.pt*, 1-14.

- Shaw, A., & Olson, K. R. (2012). Children discard a resource to avoid inequity. *Journal of Experimental Psychology General*, *141*(2), 382–395.
- Staub, E. (1978). *Positive social behavior and morality*. New York: Academic Press.
- Trivers, R. L. (1971). The evolution of reciprocal altruism. *The Quarterly Review of Biology*, *46*(1), 35-57. Doi: 10.1086/406755
- Underwood, B., & Moore, B. (1982). Perspective-taking and altruism. *Psychological Bulletin*, *91*(1), 143–173. Doi: 10.1037/0033-2909.91.1.143
- Ugurel-Semin, R. (1952). Moral behavior and moral judgment of children. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, *47*(2), 463–474. <https://doi.org/10.1037/h0056970>
- Vaez, E., Indran, R., Abdollahi, A., Juhari, R. & Mansor, M. (2015). How marital relations affect child behavior: review of recent research. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 1-16.
- Wahman, C. L., Pustejovsky, J. E., Ostrosky, M. M. & Santos, R. M. (2019). Examining the effects on social stories on challenging behavior and prosocial skill in young children: A systematic review and meta-analysis. *Topics in early childhood special Education*, 1-13.
- Warneken, F. & Tomasello, M. (2006). Altruistic helping in human infants and young chimpanzees. *Science* *311*, 1301-1303.
- Waterman, A. S. (1981). Individualism and interdependence. *American Psychologist*, *36*(7), 762–773. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.36.7.762>
- Waterman AS. Identity Formation: Discovery or Creation? *The Journal of Early Adolescence*. 1984;4(4):329-341. doi:10.1177/0272431684044004
- Zhang, Z., Grocke, P., & Tomasello, M. (2019). The influence of intention and outcome on young children’s reciprocal sharing. *Journal of Experimental Child Psychology*, *187*, Article 104645. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2019.05.012>
- Yu, J.J., Gamble, W.C. (2008). Pathways of Influence: Marital Relationships and Their Association with Parenting Styles and Sibling Relationship Quality. *Journal of Child and Family Studies* *17*, 757–778. <https://doi.org/10.1007/s10826-008-9188-z>
- Yu, J. Zhu, L & Leslie, A. (2016). Children’s Sharing Behavior in Minidictator Games: The Role of In-Group Favoritism and Theory of Mind. *Child development*, 1-11.

Li, Y., Li, H., Decety, J. & Lee, K. (2013). Experiencing a natural disaster alters children's altruistic giving. *Psychological Science*, 24(9), 1686-1695.

ANEXOS

Anexo 1 – Carta de consentimento para as escolas



Carta de autorização

Novembro/2019

Para efeitos de conclusão de dissertação de mestrado, as alunas Sónia Oliveira e Diana Neves, estudantes de psicologia no ISPA- Instituto Universitário, estão a realizar um estudo que tem como objetivo investigar a forma como o comportamento altruísta evolui entre os 6 e 7 anos de idade e a relação deste com características da criança e aspetos da vida familiar.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração no sentido de autorizar a recolha de dados junto das crianças e pais/encarregados de educação, da instituição que dirige. Relativamente às crianças, serão feitas entrevistas individuais e solicitada a resposta a um questionário realizado em grupo. Nas entrevistas serão apresentadas pequenas histórias sobre situações do seu dia-a-dia que permitem avaliar o seu comportamento de partilha e os valores da criança (e.g., situações de partilha com crianças que se sentem contentes ou tristes). Cada criança será entrevistada 1 vez, tendo cada entrevista a duração aproximada de 15 minutos. Aos pais, ser-lhes-á solicitado que respondam a dois breves questionários, um de caracterização sociodemográfica e outro sobre aspetos da vida familiar e características das crianças.

Estudos anteriores têm mostrado que as crianças gostam e respondem com divertimento a este tipo de entrevistas e que os pais/encarregados de educação participam com empenho. Contudo, a participação no estudo é voluntária e só será considerada após obtenção por escrito do respetivo consentimento informado. Serão apenas entrevistadas as crianças que tenham autorização do seu Encarregado de Educação e que no momento da realização das tarefas aceitem participar. Reserva-se ainda o direito aos participantes de desistirem de prosseguir com a sua participação a qualquer momento do estudo. Toda a informação recolhida é confidencial, salientando-se que esta não será trabalhada individualmente, mas por grupos de estudo (e.g. rapazes/raparigas, mais velhos/mais novos).

Agradecemos desde já a sua disponibilidade.

Eu, _____, Diretor do agrupamento _____ de _____ escolas/da _____ escola _____, tendo tomado conhecimento dos objetivos e procedimentos do projeto acima descrito, autorizo a recolha de dados junto da escola que dirijo.

Assinatura do Diretor _____ Data: ____/____/____

Anexo 2 – Carta de consentimento informado para os pais



Consentimento informado

Janeiro, 2020

Para efeitos de conclusão de dissertação de mestrado, as alunas Sónia Oliveira e Diana Neves, estudantes de psicologia no ISPA- Instituto Universitário, estão a realizar um estudo que tem como objetivo investigar a forma como o comportamento altruísta evolui entre os 6 e 7 anos de idade e a relação deste com características da criança e aspetos da vida familiar.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração neste estudo enquanto pais e a sua autorização para recolhermos dados junto do seu filho/educando. Aos pais, pedimos que preencham a dois breves questionários, um de caracterização sociodemográfica e outro sobre aspetos da vida familiar e características da criança. Relativamente ao seu educando, serão realizados pequenos jogos, aplicados individualmente, sobre situações simples do dia-a-dia da criança e solicitada a resposta a um questionário sobre os valores da criança, que será preenchido em grupo. Nos jogos referidos, serão apresentadas pequenas histórias que permitem avaliar o seu comportamento de partilha (e.g., como partilham com crianças que se sentem contentes ou tristes), com a duração aproximada de 15 minutos.

Estudos anteriores têm mostrado que as crianças gostam e respondem com divertimento a este tipo de entrevistas e que os pais/encarregados de educação participam com empenho. Contudo, a participação no estudo é voluntária e só será considerada após obtenção por escrito do consentimento informado, por parte dos que aceitarem participar. Serão apenas entrevistadas as crianças que tenham autorização do seu encarregado de educação e que no momento da realização das tarefas aceitem participar. Reserva-se ainda o direito aos participantes de desistirem de prosseguir com a sua participação a qualquer momento do estudo. Toda a informação recolhida é confidencial, salientando-se que esta não será trabalhada individualmente, mas por grupos etários. Refere-se ainda que esta investigação foi aprovada pelo Conselho de Ética do ISPA – Instituto Universitário, que tem como preocupação central o bem-estar psicológico e segurança dos participantes.

Para quaisquer informações ou clarificações adicionais poderão sempre contactar uma das investigadoras do projeto ou a Investigadora principal do projeto e docente do ISPA – Instituto Universitário Sofia Menéres, através dos contactos abaixo indicados.

Solicita-se a devolução do destacado e dos questionários no prazo máximo de uma semana, em envelope fechado.

Agradecemos desde já a sua colaboração.

Sónia Oliveira e Diana Neves

Eu, _____, encarregado(a) de
educação do(a) aluno(a)
_____, tendo tomado
conhecimento dos objetivos e procedimentos do projeto acima descrito, aceito participar no
mesmo.

Assinatura encarregado(a) de educação: _____ Data: ____/____/____

Anexo 3 – Questionário sociodemográfico

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Relembramos que as suas respostas são anónimas e os dados são confidenciais. Por favor não se esqueça de responder a todas as questões.

Caracterização da criança

Idade: _____ Sexo: Masculino Feminino

Primeiro Filho? SIM NÃO Número de irmãos: _____ Lugar que ocupa na fratria: _____

Caracterização dos pais

Idade da mãe: _____ Idade do pai: _____

Nacionalidade da mãe: _____ Nacionalidade do pai: _____

Habilitações literárias da mãe:

Qual foi o último ano de escolaridade que frequentou?																								
1º Ciclo				2º Ciclo				3º Ciclo				Secundário				Ensino Superior				Mestrado		Doutoramento		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	1	2	1	2	3		

Habilitações literárias do pai:

Qual foi o último ano de escolaridade que frequentou?																								
1º Ciclo				2º Ciclo				3º Ciclo				Secundário				Ensino Superior				Mestrado		Doutoramento		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	1	2	1	2	3		

Situação profissional dos pais:

Mãe trabalha: SIM NÃO Tempo inteiro Tempo Parcial

Numero de horas semanais: _____

Pai trabalha: SIM NÃO Tempo inteiro Tempo Parcial

Numero de horas semanais: _____

Rendimento familiar/mês:

Por favor, indique a sua remuneração mensal líquida (quanto dinheiro traz para casa)

Estudante	Menos	251€	387	451	573	673	776	854	1071€	1270€	1661€	2393€	3503€	4373€	Mais
	que	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	que
	250€	386€	450	572	672	775	853	107	1269€	1660€	2392€	3502€	4372€	5175€	5175€
	€	€	€	€	€	€	€	0€							
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caracterização do Agregado Familiar (quem vive com a criança): _____

Há quanto tempo as pessoas do agregado familiar acima indicadas vivem juntas? _____